

OLISIPÓ

BOLETIM DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"



MUNICIPAIS DE LISBOA

ANO XIII
N.º 49

JANEIRO
1950



VINHO DO PORTO

«GRAHAM»

«Emperor»
«Five Crowns»
«Six Grapes»
«Imperial Dry»

—«Tawny» Velhíssimo
—Muito velho e sêco
—«Vintage» Velho do casco
—«Ruby» Leve



GUILHERME GRAHAM JNR. & C.ª

Rua dos Fanqueiros, 7
Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6
Porto Tel. 26961/2

Distribuidores no Sul

JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA

CHÁ CELESTE



EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL. 42177-82178
AVENIDA 24 DE JULHO 133-133B04 LISBOA

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL

É GARANTIA DE OBTER MATERIAL

DE QUALIDADE SUPERIOR

LUMIAR

LÂMPADAS

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES

GERADORES

ENAE

Fabrica nacional



FERROS ARTÍSTICOS SERRALHARIA ARTISTICA

VICENTE JOAQUIM ESTEVES

FUNDADA EM 1889



CANDEEIROS ♦ APLIQUES ♦ LANTERNAS
CANDELABROS ♦ TOCHEIROS ♦ CANDEIAS
CABIDES ♦ BENGALAIROS ♦ MOLDURAS
CINZEIROS ♦ FLOREIRAS ♦ COFRES
PORTÕES ♦ MESSAS PARA SALAS
GRADES PARA INTERIORES ♦ MÓVEIS
PARA JARDINS ♦ POTES ♦ CADEIRAS
SOFÁS ♦ CADEIRAS PARA REPOUSO
FIXAS E RODANTES ♦ SOMBREIROS
FERRAGENS PARA MÓVEIS ♦ TUDO
QUANTO POSSÍVEL EXECUTAR EM FERRO



86, RUA DAS AMOREIRAS, 96
TELEFONE 4 2340 — LISBOA



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

LOTARIA

EM 9 DE JUNHO DE 1950, ÀS 12 HORAS

REALIZA-SE A 1.ª EXTRACÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO

Prémios maiores

3.000 CONTOS
500 CONTOS
250 CONTOS
100 CONTOS

Preço do bilhete 250\$00

Preço do vigésimo 12\$50

O que
nunca
se viu...

INAUGURAÇÃO
ADIADÁ
POR IMPOSSIBILIDADE DE OBTENÇÃO DE ENERGIA ELECTRICA



Seria um desastre se tal sucedesse! E que prejuízos não causaria!... Mas ninguém viu nunca, felizmente, semelhante letreiro em Lisboa, nem na área servida pelas COMPANHIAS REUNIDAS GAS E ELECTRICIDADE. Nem cremos que tal venha a acontecer.

Mesmo durante a última guerra, tendo de vencer dificuldades quase insuperáveis, conseguimos sempre, tão pontualmente como o sol nos alumia, fornecer à Indústria, sem restrições, toda a electricidade necessária à sua laboração progressiva.

As COMPANHIAS REUNIDAS GAS E ELECTRICIDADE, assim como souberam prever no passado as necessidades actuais das novas indústrias, estudam também e estabelecem desde já os seus programas de trabalho para que nunca falte no futuro a energia eléctrica necessária

PARA UMA VIDA MELHOR



Companhias Reunidas Gás e Electricidade
LISBOA

Edições da "PORTUGALIA"
sobre Lisboa



A CARAVELA E OS CORVOS

por SUSANNE CHANTAL. — Os
oito séculos da história da Capital,
num encantador livro de 500 páginas

30\$00

A NOSSA LISBOA

por MATOS SEQUEIRA e PAS-
TOR DE MACEDO. — Prémio «Jú-
lio de Castilho» da C. M. L.

40\$00

GUIA E PLANTA DE LISBOA

por NORBERTO DE ARAÚJO e
ANTONIO SOARES

Edição portuguesa 12\$00

Edição francesa 15\$00

Edição inglesa 15\$00



A' venda em todas as livrarias

**E. Pinto Basto
& C.^a, L.^{da}**

L I S B O A

TRANSPORTES
MARÍTIMOS E AÉREOS
CARVÃO — SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)
EXPORTAÇÕES
TRANSITÁRIOS
ETC. — ETC.

N O P O R T O

**Kendall, Pinto Basto
& C.^a L.^{da}**

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA — EXCELENTE ESTRADA MARGINAL

Rápido serviço de comboios eléctricos — Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima
Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante — Magnífica situação

Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.

Monte-Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico, Aná-
lises Clínicas — Ginástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sobre o mar, Restaurante-Bar.

PISCINA de água tépida — SALA DE ARMAS
ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STANDS DE TIRO

CASINO:

Aberto todo o ano
Cinema — Concertos — Festas
Dancing — Restaurante — Bars
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL



Executamos quaisquer
trabalhos de:

- Livro
- Jornal
- Modelos comerciais
- Encadernação
- Gravura
- Composição mecânica

151, Rua do Salitre, 155

Telef. 53173/4

LISBOA

CAPTAÇÕES
DE ÁGUA
SUBTERRÂNEA



FUNDAÇÕES
DE TODOS
OS GÉNEROS

(Um quarto de século de especialização técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações
TEIXEIRA DUARTE, L.^{DA}

Rua da Betesga, 57 3.º Esq.

LISBOA

ELECTROLUX

A MARCA DE REPUTAÇÃO MUNDIAL



FRIGORÍFICOS
ASPIRADORES DE PÓ
ENCERADORAS ELÉCTRICAS
MÁQUINAS DE COZINHA
MÁQUINAS PARA LAVANDARIAS
MOTORES PARA FORA DE BORDA

ELECTROLUX, LIMITADA

LISBOA

Rua Pascoal de Melo, 7
Telefs. 4 8378/5 0516/5 4130

Salão de Vendas

Avenida da Liberdade, 141
Telefs. 2 8246/3 2901

PORTO

Praça da Liberdade, 123
Telefs. 2 5436 7

COIMBRA

R. Simões de Castro, 158-2.º
Telef. 4561

AMIGOS DE LISBOA

Para efectuarem os seus Seguros, prefiram a conhecida Companhia Inglesa

LEGAL & GENERAL

com Sede em PORTUGAL na

Avenida dos Aliados, 58 — PORTO

Em LISBOA

Rua do Alecrim, 38-2.º

FOGO — ACIDENTES PESSOAIS — CRISTAIS

Os «Amigos de Lisboa»

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa

TODOS OS PRODUTOS DA

COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCES, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, VIC,
AVIZ, PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados, com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos
para bem servir os fumadores

OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —
COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF. 53173-LISBOA



■ BARCAS DE BANHOS DO TEJO, pelo *Eng.º A. Vieira da Silva*.

■ UMA VISTA DESCONHECIDA DO PAÇO DA RIBEIRA?, por *J. M. Cordeiro de Sousa*.

■ «FURIOSOS» DE HÁ TRINTA ANOS, por *Sidónio Miguel*.

■ OS PAÇOS DE SANTO ELÓI E OS PAÇOS DE S. BARTOLOMEU,
por *Ferreira de Andrade*.

■ ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» DURANTE
O ANO DE 1949.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS
OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

BARCAS DE BANHOS DO TEJO

pelo Eng. A. VIEIRA DA SILVA

A interessante palestra do nosso ilustre consócio sr. Sidónio Miguel, publicada neste Boletim do trimestre findo, apresenta-nos um quadro bem sugestivo de como eram os banhos de mar (chamando *mar* ao rio Tejo), que os nossos avós lisboetas usavam para fins terapêuticos e de conforto do corpo.

Faltou-lhe, porém, dizer-nos como eram essas barcas em que os banhistas tomavam banho como em poços, só com a diferença de a água se renovar constantemente neles sob o influxo das marés.

Como não nos consta que exista publicada qualquer descrição dessas barcas, que legue às gerações que seguirem a memória de tais estabelecimentos balneares flutuantes, visto que as actuais já provavelmente as desconhecem, vamos tentar suprir essa deficiência evocando as nossas reminiscências, pois que tivemos ocasião de frequentar ainda uma dessas barcas, aí por 1875, na companhia da nossa Mãe, que nela tomava banho por recomendação médica.

Conhecemos apenas duas estampas em que as barcas de banhos se acham representadas.

A primeira é um desenho aguarelado, do 1.º quartel do século XIX, de autoria de T. W. Langton, e que adquirimos em Inglaterra; fizemos reproduzir um extracto da parte dele que contém uma barca (1.ª estampa).

A segunda é um desenho litografado num papel destinado a leque, editado em 1848 pela antiga casa Veríssimos Amigos (1), e dele apresentamos também um extracto que contém as três barcas que existiam no Tejo nessa ocasião (2.ª estampa).

Eram as barcas de banhos velhos cascos de barcos que se adaptavam a essa nova aplicação.

Para isso, aos lados duma coxia longitudinal de circulação no convés, adaptava-se, a cada um dos costados, de proa à popa, uma estrutura de madeira, semelhante a uma longa caixa, com tecto ou teja-

(1) R. do Loreto, n.º 78. Litografia da R. Nova dos Mártires, n.º 14, Lx.ª.

dilho, dividida interiormente por tabiques transversais em celas ou compartimentos, com sua porta para o convés na parede anterior. Constituíam essas celas as barracas, para os banhistas se vestirem e despirem.

Os compartimentos alongavam-se para fora do convés do barco, e as suas paredes laterais e a posterior, que desciam vedadas até ao nível da água, prolongavam-se para baixo deste nível com a forma de gaiolas, com três das suas paredes feitas de grade de sarrafos, e com o fundo de tábuas de solho, que ficava cerca de 1^m,30 abaixo do nível normal da água nos compartimentos.

Desta forma, cada barraca podia considerar-se formada por dois compartimentos sobrepostos: um aéreo, com o pavimento ou estrado ao nível do convés, no qual os banhistas se preparavam para o banho; outro aquático ou submerso, ou poço onde se tomava o banho, limitado pelo gradeamento de sarrafos e pelo costado do barco.

Com esta disposição, as pessoas não podiam ver os banhistas dos compartimentos laterais, nem do exterior se podiam ver as que estavam tomando banho.

Do compartimento superior descia-se para o poço por um escadote de madeira amovível que chegava até ao fundo.

O banhista podia também saltar do estrado do compartimento superior para dentro de água, em lugar de entrar lentamente no poço descendo pelo escadote.

Uma pequena grade de madeira com cancela, na entrada do escadote, resguardava o pequeno recinto da barraca destinado para os preparativos da entrada e saída do banho.

Na parede exterior da barraca, junto ao tecto, havia umas janelas ou aberturas para iluminação.

Como as barcas estavam fundeadas, a água corrente das marés atravessava os sucessivos compartimentos submersos das barracas, pelos intervalos das grades de madeira das partes aquáticas das celas, proporcionando aos banhistas não só uma água permanentemente renovada, mas a surpresa do encontro com algum peixe ou alforreca, ou mesmo com qualquer objecto arrastado à tona de água.

Os compartimentos dos banhos tinham capacidades variáveis, conforme as distâncias dos tabiques divisórios transversais.

Assim, além dos banhos vulgares para uma pessoa, havia banhos *grandes*, para famílias, e banhos *gerais* para clientes sem distinção; além destes havia ainda banhos de chuva nalgumas barcas.

Também as barcas serviam de barracas para os banhistas bons nadadores apenas se despirem e vestirem, a fim de tomarem o banho livre nas águas do Tejo.

Ao longo das paredes exteriores das barracas corria, nalgumas



UMA BARCA DE BANHOS EM FRENTE DO TERREIRO DO PAÇO
A POPA VÊ-SE O CATRAIO DE TRANSPORTE DOS BANHISTAS
Extracto de uma aguarela de T. W. Langton, do primeiro quartel do século XIX

barcas, uma varanda com grade de madeira, que servia para espera e distração dos banhistas.

As roupas de banho e os lençóis punham-se a secar em enxugadores de corda instalados sobre os tejadilhos das barracas, ou em barcos adaptados a esse fim.

As empresas exploradoras das barcas tinham ao seu serviço botes catraios, munidos com um toldo ou barraca de lona, que iam buscar e levar os respectivos fregueses ao embarcadouro do Terreiro do Paço, junto às escadas do cais do canto sudoeste, onde existiu a estação dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.

Estes catraios ou botes também serviam de barraca para quem quisesse tomar banho no meio do rio. As barracas tinham a forma duma caixa paralelepipedica, que se armava à popa do bote, e eram constituídas por uma armação de 4 prumos e 4 travessas de madeira, que se revestiam com um toldo de lona, cujas arestas verticais e os bordos inferiores se prendiam com atilhos de nastro ou de corda, de forma a ficar completamente impenetrável à vista o interior da barraca.

Os bilhetes dos banhos custavam em 1865 ⁽²⁾:

Da proa, 100 réis,

Da ré, 80 réis.

Banhos grandes, 100 ou 120 réis,

Banhos gerais, 60 réis,

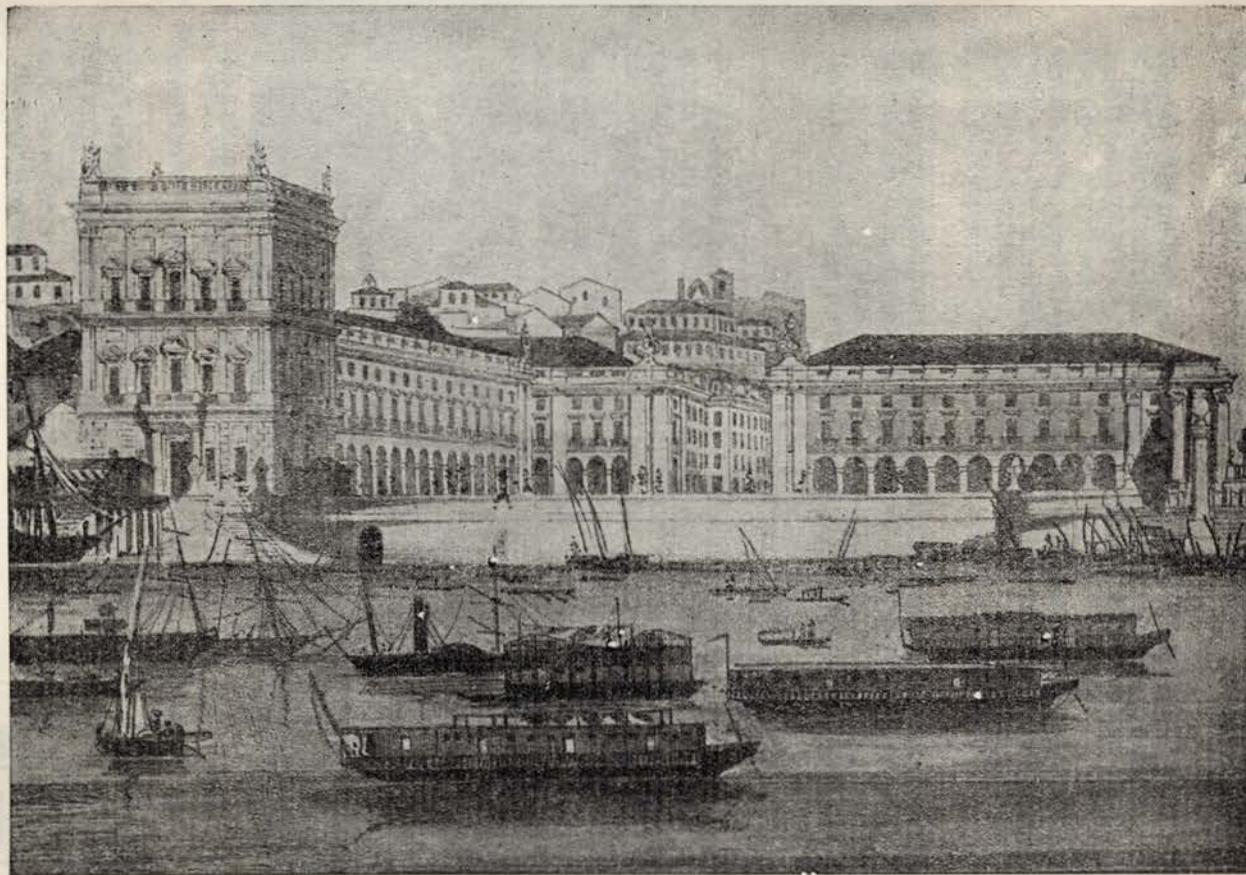
Banhos de chuva, 160 réis.

As barcas de banhos estavam fundeadas no Tejo, defronte do Terreiro do Paço, um pouco mais para o lado do torreão do Ministério da Guerra.

Desde tempo indeterminado existiam no Tejo, e parece que nunca foram mais de três. Em 1828 já as menciona o criptónimo A. P. D. G., como veremos adiante. Do mesmo tempo dá Tinop notícia de três, por nomes: Grande, dos Tonéis, do Hiate ⁽³⁾.

⁽²⁾ *Almanak Industrial, Commercial e Profissional de Lisboa*, para o Anno de 1865, pág. 393.

⁽³⁾ *Lisboa de Outrora*, por João Pinto de Carvalho (Tinop), 1.º vol., 1938, pág. 202.



TRÊS BARCAS DE BANHOS EM FRENTE DO TERREIRO DO PAÇO
A POPA DE UMA VÊ-SE UM PONTÃO COM O ENXUGADOR PARA AS ROUPAS DE BANHO
Extracto duma litografia num papel para leque, editado pela papelaria Veríssimos Amigos em 1848

Em 1848 havia três barcas de banhos, como se vê no mencionado papel para leque, curioso desenho litografado, colorido à mão. As 3 barcas parece que se chamavam então: Flor do Tejo, Diligência, Deusa do Mar.

Em 1865 as barcas, porventura as mesmas anteriores, chamavam-se: Flor do Tejo, Deusa dos Mares e Flor de Lisboa.

Com o progresso dos meios de transporte foram desaparecendo as barcas, e as praias de banhos têm-se ido sucessivamente deslocando para a foz do Tejo, e para além da foz, como é sabido.

Ainda nos recordamos de ter visto uma barca a apodrecer no areal da Junqueira.

Vamos concluir esta pequena notícia apresentando a tradução de alguns períodos dum livro escrito por um crítico mordaz mas muito observador, Comissário do Exército Inglês, que aqui esteve várias vezes, e que por 1828 publicou as suas impressões, acompanhadas de desenhos mais ou menos satíricos (*).

Não trata propriamente das barcas de banhos no Tejo, mas dá notícias curiosas sobre os banhos de mar nas praias de Lisboa daquella época, podendo assim servir de complemento da interessante dissertação do nosso consócio e amigo Sidónio Miguel. Fizemos reproduzir, por muito curioso, o desenho com que sobre tal assunto o artista inglês ilustrou a sua descrição.

... ..
 «Antes de terminar a minha descrição dos catraios não devo deixar de mencionar uma das suas mais interessantes applicações. Refiro-me à concentração, nos meses de verão, de várias pessoas, em certos sítios das margens (*do rio*) para tomarem banhos.

«Desde manhã cedinho famílias completas encaminham-se para os vários cais, acompanhadas pelas criadas que transportam trouxas de roupa e outros acessórios para o banho.

«A esta hora não há confusão nem barulho, porque é costume alugarem-se estes barcos para todo o período balnear.

«O sítio mais geralmente procurado é a praia da Junqueira, em frente do Palácio do Patriarca (*palácio Burnay*); e alguns centos de

(* *Sketches of Portuguese Life, Manners, Costume, and Character*, by A. P. D. G., London, 1828.

«barcos, procedentes de vários sítios da cidade, vêm para aqui todas
«as manhãs até às 10 ou 11 horas do dia.

«Fundeam com 4 ou 5 pés de altura de água; armam-se os toldos,
«atando-os cuidadosamente em baixo por todos os lados, de forma que
«as mulheres podem despir-se tão seguramente como nos seus pró-
«rios quartos de cama. Vestem-se com os seus fatos de banho, que
«são feitos de fazenda de lã muito grossa, para evitar a possibilidade
«de se perceberem as linhas dos seus corpos. Todavia esta precaução



CATRAIO OU BOTE MUNIDO COM TOLDO OU BARRACA PARA BANHO

produção duma gravura em cobre, colorida da obra Sketches of Portuguese Life, por A. P. D. G., 1826

«não é observada por todas, nem mesmo pela maior parte, porque a
«maioria usa um fato liso de chita estampada, que, logo que se molha,
«adere tão perfeitamente à pele, que mostra o movimento dos mús-
«culos tão claramente como se não estivesse o fato a cobri-los.

«Os homens, companheiros do banho, despem-se na proa do barco,
«e vestindo uma camisola de lã e uns calções, saltam para a água, e

«começam a nadar até que as damas dêem o sinal de que estão prontas. «Os homens chegam-se então, dão-lhes as mãos, enquanto elas descem «dois ou três degraus dum escadote amovível que se suspende da borda «do barco, e ajudam-nas a saltar para a água. Começa então, de todos «os lados, uma grande algazarra, galhofas, abraços, guinchos, espirros «e grande resfolgar. Ouvem-se graças finas e gracejos mordentes; es- «tes últimos principalmente quando se vê uma mulher baixa e atarra- «cada, e de volume prodigioso (o que é vulgar), trepar pelo escadote, «com o seu fato encharcado, parecendo um porco, e fazendo quase «virar o barco com o seu peso.

«Na ocasião em que os barcos de banhos eram muito numerosos na «praia, eu vi muitas vezes o regimento de cavalaria de Alcântara re- «ceber ordem para se banhar e entrar na água em completo estado de «nudez, nadando os cavalos pelos intervalos dos barcos, com grande es- «cândalo dos banhistas.

«As pessoas que não simpatizam com esta espécie de banhos não «precisam senão dirigir-se ao Cais da Praça do Cavalo Preto (*Terreiro «do Paço*), ou à do mercado de peixe (*Ribeira Nova*), em frente das «quais, a uma certa distância, há barcas de banhos (*floating baths*), «em condições convenientes e de preços moderados. Para os bons nada- «dores o sítio melhor é o meio do rio, ou mesmo a margem fronteira, «próximo dos armazéns de vinhos do Sarmento (*Ginjal?*), onde a água «é muito mais clara, e livre das sujidades da cidade e dos navios.

«As pessoas a quem desagradam os banhos dos barcos, e cujos re- «cursos são bastante escassos para que possam frequentar as barcas «durante uma temporada completa, vão geralmente de manhãzinha, ou «mesmo de tarde, para alguma das praias conhecidas pelo seu bom piso «de areia.

«As melhores destas são umas pequenas praias junto das escadas «dos cais de embarque, a praia de Pedrouços, ou, para os que vivem no «extremo oriental da cidade, a da Cruz da Pedra. Nestes sítios há «geralmente um velho ou uma velha com uma barraca armada, onde «as mulheres se despem e se vestem com os seus fatos de banho.

«Eu frequentemente entrei na água com uma dúzia de raparigas, «segurando-as com as mãos enquanto elas mergulhavam na água.

«As senhoras cujas portas do jardim deitam para o rio, despem-se «nas suas casas de veraneio, e entram na água segurando-se a uma «corda, cujo outro extremo se acha preso no lado de dentro da porta. «Esta espécie de banhos não pode evidentemente ser tão eficaz como a «imersão rápida de mergulho de cabeça; mas como não há exemplo de «as mulheres procederem desta última forma, a entrada lenta na água «não pode ser mais desagradável do que a de um banho nas barcas.

«A terapêutica portuguesa recomenda os banhos para todas as es-

«pécies de doenças ou incómodos; e talvez algumas vezes façam bem. «Porque, se não fosse isso, nove décimos das mulheres de Portugal «nunca teriam experimentado uma ablução desde a sua primitiva bap- «tismal; nem mesmo uma simples lavagem de cara, de manhã, com «uma toalha. Esta última operação efectua-se geralmente sem grande «rigor, molhando elas levemente na boca a ponta dum lenço ou duma «toalha, e esfregando-a nas faces, sobrancelhas e nariz. Ouvi a um ca- «valheiro que havia estado em Inglaterra, e adoptado até certo ponto «os nossos hábitos de limpeza, dizer a sua filha: Minha querida, la- «vaste hoje a cara? — Não, meu Pai, a minha cara não está suja, e não «percebo portanto que necessidade tenha de lavá-la.

«Os homens têm uma espécie particular de sujudade, que consiste, «entre outras coisas, em não se barbearem mais de uma vez por se- «mana. Por isso muitas vezes os vemos com barbas com cerca de uma «polegada de comprimento, negras, ásperas, e parecidas com escovas «de fato».

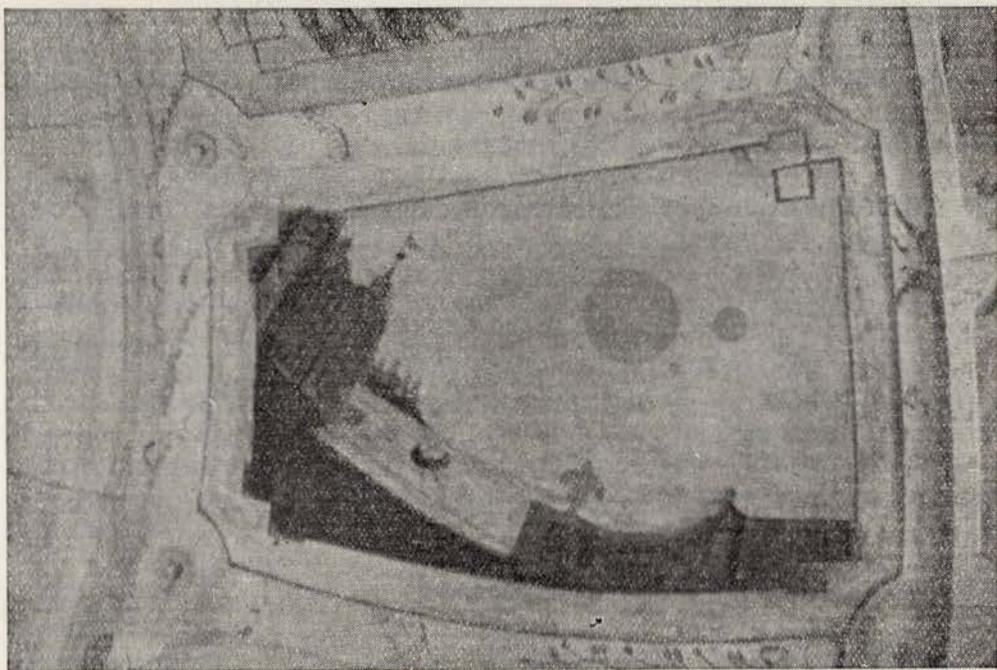
Parece-nos que o crítico carregou demasiado a nota.

UMA VISTA DESCONHECIDA DO PAÇO DA RIBEIRA?

por J. M. CORDEIRO DE SOUSA

Na povoação espanhola de Oliva de la Frontera, na província de Badajoz, e vizinha do nosso arruinado castelo de Noudar, existem, pintadas na cúpula da igreja paroquial de São Marcos, umas paisagens com aspectos de várias cidades entre as quais a que passa por ser uma vista de Lisboa.

De facto, nessa pintura destaca-se, à esquerda do observador,



um nobre edifício com um torreão de cobertura cupuliforme que pela sua situação à beira de água, bem pode querer representar o Paço da Ribeira, tanto mais que o seu autor é um artista nacional que viveu na 2.^a metade do século XVIII, época da reconstrução da igreja, embora não mencionado nas «Memórias» de Cirilo, como o atesta a sua assinatura:

IOSEPH DE BRITO LA/MEGO PORTU/GUES.

Estas informações foram-me amavelmente comunicadas pelo Rev. Don Adrián Sanchez Serrano, cura de La Oliva.

«FURIOSOS» DE HÁ TRINTA ANOS

por SIDÓNIO MIGUEL

— Furiosos de há trinta anos...

Quando, há duas ou três semanas, anunciei este nome da palestra de hoje a três ou quatro pessoas de menos de trinta anos, prontas e aptas para ver ainda o ano de 2001, todas me perguntaram o que queria dizer «furioso», porque partiam do princípio de que eu não vinha aqui falar a VV. Ex.^{ta} da gente que há trinta anos andava porventura pelas nossas ruas, acometida de fúrias, a bater com a cabeça pelas paredes.

Não, não venho falar sequer dos saltos do chamado «homem-macaco». E apenas me surpreendo com o facto de que já ninguém dessa nova geração saber hoje o que queria dizer tão comum palavra de há trinta anos. Designavam-se por tal apodo os bons amadores da arte dramática da nossa Lisboa princípio de século.

Princípio de século, uma quase infância no tempo que parece recuar de cem em cem anos, nos homens e nas coisas. Mas não recua, é claro. Pura ilusão nossa. Tempo esse, sim, em que alguns dos que aqui estamos nos despedíamos dos parentes e dos amigos no dia 31 de Dezembro de 1900 com um risinho adeus «até ao século que vem» e que no dia 1 de Janeiro de 1901 nos saudávamos com o mesmo risinho: «Ainda este século te não vi... Há um século que não nos vemos...»

Mas descansem alguns dos que estão aqui, que ainda poderão ter idênticas efusões de hoje a uns cinquenta e tal anos e que rezarão pelas almas dos que já estivermos mortos e sepultados, se de nós se lembrarem... Se for moda rezar por alguém no próximo século, que será um começo de milénio... E então poderão despedir-se: «Até ao milénio que vem» e saudar-se depois: «Ainda este milénio te não vi...» Já vêem que não perderam por ter chegado mais tarde do que nós...

E porque se chamavam «furiosos» os inofensivos amadores da arte de Talma, como então se designava enfaticamente a arte de representar?

Houve aqui, incontestavelmente, propósito depreciativo contra os amadores da arte dramática, e possivelmente este «furioso» é deturpação pejorativa de «curioso». Houve há uns cem anos, por exemplo, um jornalzinho de amadores que se chamou, salvo erro, o «Curioso dramático». Peçamos nós a Deus, que somos

um tanto os «curiosos de Lisboa», nos não chamem algum dia os «furiosos» de Lisboa.

Alguma outra pessoa, a quem dissemos o nome da nossa palestra, não deixou de nos dizer: — Houve, sim, há trinta e tal anos, grande fúriosidade dramática na nossa rapaziada... E cita-nos nomes, como a prever que a nossa palestra de hoje vai ser uma citação de nomes de amadores e de peças do seu repertório, teatrinhos das respectivas façanhas, etc.

Não, não vai ser. As minhas pretensões em tal capítulo de memórias são modestas; por outro lado não quis enfeitar-me com informações que podia ter ido buscar aos jornais do tempo. Procurarei na nossa familiar palestra tentar interessar VV. Ex.^{as} com o contar duns tantos casos meus na parte narrativa do que vou dizer-lhes.

Tal narrativa será assim um dos três capítulos por que vou ordenar a palestra, que ficará uma espécie de coisa *tripartita*... *Tripartita*, que não é calão de hoje... Já o nosso bom Frei Agostinho de Santa Maria chamou sagradamente *Historia Tripartita* a um grande volume que escreveu da fundação e mais coisas do Mosteiro de Santos.

Eu, aqui, profanamente, venho nestes pequenos quartos de hora de desabafo meu, e porventura de fastio de VV. Ex.^{as}, primeiramente contar um pouco esses casos meus na vida dos «furiosos» da nossa Lisboa de há trinta e tal anos; em segundo lugar discutir um pouquinho estes amadores dramáticos tanta vez maltratados e ridicularizados de boca e na letra redonda dos jornais. Por último o conseqüente apelo a VV. Ex.^{as}, como amigos de Lisboa, a favor da ressurreição útil duma coisa que marcou na vida alfacinha.

Começo, pois, por falar de mim. Não por egotismo. Um bocadinho de abuso, apenas, da paciência com que já aqui fui ouvido, quando lhes contei coisas minhas a propósito e a despropósito da procissão de Santo António e do *galinheiro* de S. Carlos. Desculpem hoje a história da minha malograda «fúriosidade» de há trinta e tal anos. Por outro lado, estou certo de que a alguns de VV. Ex.^{as} irei desenterrar da memória qualquer tentativa semelhante e assim me não faltará a comunicabilidade que resulta entre palrador e ouvintes que acertam mais ou menos num ponto comum de façanha vivida ou imaginada.

E é que havia realmente na nossa Lisboa, há trinta e tal anos, grande número de amadores da arte dramática. E naturalmente, de todas as categorias. Mas não vale a pena lembrar muito essa vida das chamadas sociedades recreativas e os seus «azes», como se diz agora, que, coitados, não aspiravam à imortalidade nos palcos e nas salas do Clube Estefânia, onde me parece se estrearam óperas de António Taborda; do Clube Simões Carneiro, do Círculo Católico, que chegou a estar no pequeno teatro Taborda, à Costa do Castelo; do Lusitano Clube, do Clube Recreativo Lusitano, da Academia Dramática Oito de Maio, da Academia Recreativa Os Vencedores, da Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro, dos Alunos de Apolo, dos Alunos de Minerva, etc., etc. De tais amadores há, por

exemplo, a recordação de Jorge Grave e de Judícibus, que tiveram uma *troupe* permanente de amadores; mais tarde a de Mário Duarte, etc.

Citei alguns dos mais falados centros recreativos. Mas, é claro, muitos outros havia em tal tempo de menos cinema e de menos futebol. Os grupos dramáticos em Lisboa chegaram a ser, em quantidade, quase tantos como os grupos de garotos que por aí jogam à bola em cada rua, por onde passamos. Coitados, eram no entanto, inofensivos, mesmo para a vizinhança, da qual se ocultavam. Éramos uma quase espécie de conspiradores (as conspirações estavam então muito em moda, primeiro de republicanos contra monárquicos, depois de monárquicos contra republicanos). Ouvi dizer que chegámos a ter mandados de prisão contra nós, não apenas porque nos reuníamos assim em vários lados no calado da noite, mas porque, já depois do cinco de Outubro, havia entre nós um asso-madiço «talassa», que fazia gala de ler nas ruas, com escândalo da opinião dominante, o *Correio da Manhã*, de Álvaro Pinheiro Chagas.

Mas não antecipemos o quadro.

Estarão VV. Ex.^{as} pensando, afinal, que este seu criado, tão dado a tais furijsidades, teve a justificá-lo o exemplo da família, da casa onde morou, lá para Alfama, como já contei aqui, e onde menino e moço frequentava a catequese da Sé e a escola que ainda lá está na Rua de S. João da Praça...

Pois não foi assim. O meu progenitor, como bom provinciano fixado em Lisboa, muito daquele tipo que hoje não deve haver, pois a maioria vem para Lisboa para enriquecer e folgar, mantinha na sua casa um ambiente pacatamente provinciano, educado no sagrado horror de cómicos e de cómicas, gente que mais andava neste mundo para perder as suas almas e as alheias. Tínhamos em casa um livro de sermões dum Frei Manuel da Madre de Deus, que nos punha de sobreaviso contra tais tentações. Portanto não púnhamos pé nem nos teatros nem nas sociedades, a despeito da vizinhança de algumas delas. Sociedades de Recreio tinham má fama, eram antros de perdição. Teatros escolas de imoralidade. Concomitantemente, não havia na nossa casa a assinatura de romances a fascículos, então epidemia. Eu só lhes lia o primeiro fascículo. Não se admirem disto os de VV. Ex.^{as} que conheceram esses tempos e passaram porventura por coisas semelhantes. Não havia então os filmes de estirados beijos, repetidos por ampliação até ao mastodôntico de carões e de enormes bocas, que afinal já não aquecem nem arrefecem. Mas o meu pai sabia que em certos teatros se cultivava o género pornográfico da revista, que veio encontrar o seu tipo mais completo com Baptista Dinis. Lá nos chegava um ou outro *couplet* para amostra.

Mas, se não havia para nós teatro, havia todos os anos promessa dele. Promessa todos os anos adiada. Era a de que havíamos de ir ao teatro de D. Maria, num primeiro de Dezembro, porque se dizia que em tal data o nosso primeiro teatro de declamação, aquele onde se davam as tragédias, por oposição ao de S. Bento, onde se davam as comédias — como no-lo deixou dito João de Deus — dava ao seu público as patrióticas cenas da Restauração de 1640.

Tantas vezes nos foi prometida e adiada a ida ao Teatro de D. Maria num

dia primeiro de Dezembro que, aí por 1896 talvez, o caso foi decidido. A família arranhou-se para a função depois do jantar, que foi mais cedo, a fim de se rezar o terço, e a tal hora viemos por S. João da Praça fora, à Sé, à Rua dos Fanqueiros, onde invariavelmente cortávamos à Rua de S. Nicolau, à Rua Augusta, à Praça de D. Pedro. E lá estava o famoso teatro, todo iluminado nos seus candeeiros a gás. Vínhamos enfim ver a peça patriótica tradicional, os quarenta fidalgos, a duquesa de Mântua e o Miguel de Vasconcelos.

Enquanto o meu pai ia a caminho da bilheteira, eu olhava o cartaz. Eu sabia que as peças eram anunciadas pelos cartazes, porque os lia da primeira à última linha aí pelas ruas e tinha de cor nomes como estes: o *Pântano*, de D. João da Câmara; a actriz Pepa, o actor Portugal, o *Burro do Senhor Alcaide*, o *Solar dos Barrigas*, o *Testamento da Velha*, o *Brasileiro Pancrácio*, etc., etc.

Eu olhava, pois, o cartaz do D. Maria e li, muito surpreendido nas letras gordas da peça: *O Defunto*...

— *O Defunto*?... Creio que era a peça de Molière. Eu, porém, é que me sentia consternado. Então a peça não era a *Restauração de Portugal*? Chamei para o cartaz a atenção do meu pai. Ele foi perguntar muito saloientemente se não ia a *Restauração de Portugal*. Naturalmente responderam-lhe com uma gargalhada. Sei que fui para casa, desapontado como poucas vezes na minha vida, daí por diante.

E continuei por alguns anos a ler os cartazes do teatro e as notícias e críticas do jornal que nos entrava em casa, que era a «Nação» e depois a «Gazeta». Fui sabendo e retendo mais alguns nomes do repertório dos teatros de Lisboa, que em D. Maria eram Marcelino, D. João da Câmara, Lopes de Mendonça; nomes de grandes comediantes estrangeiros, como a Sara, o Emmanuel, o Novelli, se não estou em erro.

Por essa data, mais ou menos, comecei a ver, embasbacado, por certas ruas, umas tiras a toda a largura delas, anunciando: COLISEU DOS RECREIOS — ANIMATÓGRAFO.

Creio que era então a tostão a entrada para a geral.

Mas isso não nos interessava. Eu apenas perguntava aos companheiros da escola primária o que isso era e algum lá tentava explicar-mo.

Era para mim explicação a cego. Até que um dia...

Um dia, como já tive ocasião de bisbilhotar aqui a VV. Ex.^{as}, a família, porque me via a fazer a primeira comunhão aos oito anos de idade, quase doutorado em doutrina cristã e em história sagrada (um dos livros queridos da minha infância, depois do *Menino da Mata e do seu Cão Piloto*, foi a *História Sagrada*, de Roquete) pregou comigo no Seminário. Pois muito bem, foi lá no Seminário Patriarcal de Santarém que eu vi pela primeira vez o que era um teatro e naturalmente um teatro de amadores. Havia lá uma curta época teatral todos os anos, nas três noites de Carnaval. E também lá vi pela primeira vez o que era o animatógrafo ou a lanterna mágica.

Teatro de seminaristas era naturalmente um teatro de dramas e de comé-

dias muito escolhidos e expurgados *ad usum Delphini*... Não havia personagens femininas. O repertório era muito limitado em número e modesto em qualidade. Não sei mesmo se algum dele seria da lavra dalgum dos professores. Era dado anônimamente nos programas, apenas impressos com a distribuição entregue aos alunos com mais habilidade para o caso. E já agora direi que entre os alunos mais dotados para a arte havia um, notável pela habilidade e pela estatura corporal. Foi cá em Lisboa, há anos bastantes, um dos nossos mais distintos oradores sagrados e hoje é um conhecido advogado... Não preciso de dizer-lhes o nome...

Lembro-me do repertório do nosso teatrinho de amadores do *Simplicio Castanha & C.*, dos *Dois Operários em greve*, dos *Médicos* (sem personagens femininas, é claro), e duma comédia, cujo nome não me ocorre, mas da qual quero contar o entrecho, para lhes provar um pouco que, ao contrário do que se diz nos *Palhaços* de Leoncavallo, «se o teatro e a vida não são a mesma coisa», às vezes são-no.

O entrecho desta comédia resumia-se cômicamente ao caso de ser solicitada de Lisboa a um regedor provinciano a lista dos alienados da freguesia O regedor não sabia o que era tal coisa, o mestre-escola foi buscar a palavra à letra H dos dicionários. É claro, não encontrou. Mas por fim lá resolveram que alienados deviam ser certamente as pessoas mais respeitáveis da freguesia, que não faltavam a ouvir a sua missa, etc. E assim acabaram por elaborar a sua lista de «alienados», com os nomes do regedor, do mestre-escola, etc. Escapou o padre-cura, porque este, embora dissesse a missa, não a ouvia... Ou... num teatro de seminário era preciso que de nenhum modo ficasse um padre na lista dos alienados...

Esta a comédia dos alienados. Mas eu posso contar o caso veridicamente passado, há muito menos anos, com padre e todas as autoridades da terra enumeradas numa lista de solípedes pedida de Leiria para uma freguesia do concelho. Foi mesmo assim e, como disse, não há muito anos. O teatro e vida são às vezes a mesma coisa...

Entretanto, no repertório do nosso teatrinho a peça que mais me agradou foi *O Filho do Cavaleiro das Cruzadas*, um drama que anda por aí impresso na Coleção Teatral do velho Joaquim José Annaya e que passou por dezenas de palcos de colégios, depois que foi estreado, em 1868, no da Escola Académica, em tradução do espanhol pelo aluno António d'Orta Ennes, certamente sob a direcção do próprio Annaya, professor da Escola e conhecido tradutor de muitas peças francesas e espanholas. Sabem VV. Ex.^{as} o que Sousa Bastos dele escreveu na *Carteira do Artista*: «Tais traduções eram feitas pelos rapazes e depois emendadas por ele, ficando pior do que estavam antes da emenda...»

Entusiasmado com o entrecho do dramalhão e pela tinta do ambiente medieval que ele procurava dar-nos, devo dizer a VV. Ex.^{as} que em tal tempo, sem o saber, me senti naquele arrebatamento do Correggio diante da *Santa Cecilia* de Rafael ou no do Puccini, depois de ouvir a *Aida*: Também sei fazer dramas.

E é que os fiz... Ia quase a dizer «fizios», a lembrar-me daquele celebradíssimo *Cabo Elísio*, do Joaquim Costa...

O meu primeiro drama foi portanto um drama em três actos, no qual matei quase todas as personagens. Tinha o nome seco e sintético de *A Guerra*... Mas não pretendia celebrar virtudes guerreiras sequer à maneira pacífica do nosso Júlio de Castilho, mas apenas, e ao contrário, fazer sentir terrificamente os horrores da guerra. Tenho pena de não poder contar-lhes o enredo, mas esqueceu-me. Não chegou a ver a luz da ribalta, como ainda hoje se diz. Mas devia lá haver com certeza alguma criança perdida e encontrada, como no *Filho do Cavaleiro das Cruzadas*.

Saído da minha tentativa de carreira eclesiástica, facto a que não foi estranho o meu entusiasmo pela arte teatral, nascido e criado em tão beatífico ambiente, a vida teatral de Lisboa não mais me escapou, apesar de não ir ao teatro. Devo corrigir: a vida teatral dos géneros sérios, lírico e dramático. Nunca simpatizei com o chamado teatro ligeiro.

Certa noite, em tempos de benefícios no Teatro das Trinas, tive ocasião de assistir a umas peçazitas do corrente repertório de amadores, repertório de cordel, do vendido pelo Napoleão da Vitória. Lembrou-me tal espectáculo a antiga inclinação, um tanto adormecida.

Voltei a pensar que a melhor forma de cultivar a arte é procurar fazê-la também. — Também eu sou «furioso», teria eu então exclamado... E resolvi promover, ali mesmo, nas Trinas, uma récita de amadores.

É claro que o amor pelo teatro, a «furirosidade» andavam no ar. E logo arranjei camaradas do mesmo ideal para o tentame. E todos juntos arranjámos ensaiador e amadoras ou actrizes para a récita, porque os tempos do seminário iam longe e eu não queria récitas só para homens.

Nesses tempos havia uma comédia ou farsa, que se chamava *Um ensaio do Hamlet*, sátira de cordel ao teatro do dito e aos respectivos intérpretes. Assim eram realmente os ensaios destes amadores bisonhos e desajeitados que faziam cabelos brancos aos ensaiadores. O nosso ensaiador felizmente era pessoa dotada de paciência e nunca empregou connosco esses mimos de dicção que então caracterizavam alguns e faziam arrepende mais dum amador de tentar subir as escadas dum palco.

VV. Ex.^{as} estão vendo os episódios destes amadores que nós éramos, cheios apenas de convicção, mas ignorantes do jogo de cena, das atitudes e do próprio andar sobre o tablado. Ouvíamos as advertências contínuas, que devem hoje ser as mesmas para iguais candidatos aos louros cénicos:

— Homem, esqueça-se dos braços, esqueça-se das mãos...

(As terríveis mãos, que todo o amador incipiente não sabe onde meter...)

— Vá mais devagar, não despeje o barril...

— Não sublinhe tanto... Isso mais sublinhado... Com mais intenção...

— Não exagere... Aí uma pausa... Trabalhe, trabalhe...

Este «trabalhe, trabalhe» era a ensinar-nos a ouvir com cara de gente, a realizar o preciso jogo fisionómico, não menos importante no ouvir que no falar...

Foi mês e meio de ensaios de leitura, de marcação, de apuro, de conjunto, aliás simples, até ao ensaio geral, que já foi no tal demolido teatro.

O Teatro das Trinas, sabem alguns de VV. Ex.^{as}, era em tal tempo propriedade do chamado velho Gomes, falecido aí por 1917 ou 1918, em ano em que ainda se publicava a *Capital*, onde escrevia diariamente André Brun, feito autor dramático naquele mesmo tablado e que em tal ocasião escreveu sentido necrológico ao velho Gomes das Trinas.

Tentei há dias procurar na Biblioteca Pública o exemplar da *Capital* dessa data da morte do velho Gomes, para ler aqui a VV. Ex.^{as} os termos precisos do seu necrológico, escrito por quem começou nos tablados de amadores a sua carreira de comediógrafo consagrado. Mas não o encontrei. Direi portanto com palavras minhas o que mais ou menos escreveu André Brun.

Salientou o falecido escritor, em tal crónica, a cultura e o instinto teatral do velho Gomes. Assistia, amíúde, aos ensaios da legião de amadores que passavam por aquele palco e sabia logo sentenciar do valor deles. Não garanto que fossem estas as palavras do artigo, mas o sentido não andava muito longe disto.

Pois bem, quando este artigo fúnebre me caiu sob os olhos, acudiu-me intimamente a observação. Realmente o velho Gomes assistiu no seu teatro aos nossos ensaios chamados de apuro... Lembrei-me então, e ainda hoje me lembro, de que o respeitável velho foi buscar uma cadeira para ver as nossas primeiras cenas... Mas, aí de nós — e só a leitura de André Brun me explicou anos depois o triste facto: — passadas as primeiras cenas, o velho Gomes deixou a cadeira e não voltámos a vê-lo. Estávamos julgados e sentenciados. E não se enganou. Nenhum de nós valia nada.

Não valíamos para ele, mas no dia tantos de Agosto de 1910, penúltimo domingo do mês, valemos em cheio para a plateia, que nos aplaudiu calorosamente. É claro, tínhamos boa *claque*, a das pessoas da nossa família e da nossa amizade, a quem fizemos pagar três tostões pelas cadeiras (era o preço usual do teatro) e mil ou dois mil réis por uns camarotes.

Em suma, dalguma coisa nos tinha servido o mês e meio do palavriado mais ou menos brando, mais ou menos irritado, do bom ensaiador:

— Oíça, saiba ouvir, trabalhe... Não me corte a figura... Respeite a marcação... Uma atitude mais distinta... Uma atitude mais modesta... Mais naturalidade... Recite mais devagar... Não me empertigue o corpo... Fale menos sacudido... Mexa-se... Levante-me essa cabeça...

E o bom ensaiador acabou por estar contente connosco... Confessou-nos então que tinha tido muito medo de todos... E o que nos elogiou foi sobretudo a nossa convicção, a nossa pontualidade aos ensaios... Via-se bem que não éramos amadores *professionais*... Éramos autênticos amadores... E, além disso, todos tínhamos decorado os papéis... O ponto nem nos foi preciso... Ah, não sei se

disse a VV. Ex.^{as} que o ponto era o namorado autêntico da ingénua, minha noiva. Foi condição que ela e ele nos impuseram para ela representar connosco. Creio aliás que não havia beijos em cena... Apenas um beijo falso, com as bocas desencontradas. Tempos pré-históricos, estão ouvindo...

As peças da nossa estreia, esquecia-me dizê-lo, foram as do mais representado repertório do Napoleão da Vitória: *O Beijo*, num acto, e *Dar corda para se enforcar*, em três actos, qualquer delas muito estúpida. Mas eram o repertório mais conhecido do nosso ensaiador, que connosco não quis ganhar nada. A ingénua ganhou três mil réis; a dama central, que era uma velha actriz retirada, ganhou dois mil réis.

E o nosso ensaiador tinha razão, ao elogiar a nossa pontualidade, a nossa obediência e o nosso estudo dos papéis. A actriz, que de actriz ainda blasonava, era a que faltava quase sempre aos ensaios, mais replicava às admoestações e menos estudara o papel. Já então...

Ah... Dois episódios curiosos da récita:

O vegete da peça, rapaz aliás não muito mais velho do que eu, que fazia de meu tio (é claro que a ingénua era a eterna prima namorada às escondidas pelo primo), tinha de me dar no segundo acto uma nota de vinte mil réis, para um rapto que era afinal o da própria filha. Ora nesse tempo um adereço, tal como uma nota de vinte mil réis, era coisa muito rara nas mãos dum rapaz. Felizmente veio-lhe parar às mãos um impresso de reclamo de qualquer coisa, que tinha uma face semelhante a meia nota de vinte mil réis — processo de publicidade então um tanto usado. Andava radiante o bom do meu «tio» e em todos os ensaios estudava com particular afincio a fala e o gesto de oferecer e puxar pela nota de carteira:

— Olha, aqui tens vinte mil réis para as despesas...

E de antemão rejubilava com a oportunidade de exhibir o tal papel com a face da fingida nota, convenientemente voltada para o público. E no camarim ria e mostrava o papelucho. — «Hein, parece mesmo uma nota... Da sala ninguém é capaz de perceber que é um impresso de reclamo...»

E tanto mostrou que, ao ser chamado para a cena, no segundo acto, esqueceu o maldito papel na espécie de toucador que havia no camarim. E entretanto a apetecida cena chegou: O meu «tio» zombeteiramente puxa pela carteira e atira-me com a frase mil vezes decorada:

— Olha, aqui tens vinte mil réis para as despesas...

Apenas a nota não aparecia... Procurou, procurou... E eu estava já atarrantado com a demora... Até que ele salvadoramente concluiu:

— Olha, não saias sem eu ta dar... Dou-ta lá dentro...

Este episódio da nossa récita vale bem aquele que alguns de VV. Ex.^{as} conhecem, atribuído à Sara Bernhardt, numa das suas representações da *Tosca*, que, sabem, se representava antigamente muito, sem a música de Puccini. Foi a coroa dalgumas das nossas actrizes do tempo.

Pois no acto do assassinio do Scarpia, a Sara vai à parede da sala buscar

o crucifixo para o pôr no peito do assassinado. Mas qual... O crucifixo não sai da parede... Que faz ela?... Não teima. Finge mudar de ideia. Volta ao corpo do terrível esbirro e diz-lhe, rancorosamente:

— Non, tu ne le mérites pas... (Não, tu não o mereces...).

O meu «tio» daquela noite não chegou a saber do «pendant» que então ofereceu à grande Sara. Não pode sabê-lo hoje tão-pouco. Já abandonou o tablado da vida...

Outro episódio, já agora. Este vulgaríssimo, mas que teve a sua graça pelas circunstâncias em que se deu.

Um fulano (nesse tempo não nos tratávamos por «gajo») recém-casado, amigo dos meus companheiros de amorismo, pediu-nos dois lugares na plateia, para ele e para a mulher, e licença para fazer a única rábula que havia na peça — a dum criado que entrava em cena no terceiro acto e só tinha de entregar uma carta e dizer:

— Uma carta para o senhor...

Muito bem. Concordámos. O homem queria dar satisfação à tal furiosidade epidémica e mostrar à mulher que também sabia representar. Homem casado, na lua-de-mel...

Ensaíos não eram precisos. Cena tão simples...

Pois, quando chegou o minuto da entrada e da fala, o homem entrou e entregou a carta, mas ninguém lhe ouviu palavra. Entrou mudo, saiu calado.

Nós rimos depois, Ele explicou:

— Que querem vocês? Quando olhei para a sala e vi tanta gente, a voz ficou-me na garganta...

Nem a mulher, lá de longe, o animou...

Estava feito o nosso baptismo de fogo. E a rapaziada ficara contente.

Passaram dois deles a ser solicitados para tomar parte em várias récitas.

Eu, todavia, não fiquei contente. Não era aquele o meu sonho, o de andar a representar o teatro do Napoleão da Vitória.

Comédias e dramas anunciados para tantos homens e tantas senhoras, só para homens ou só para senhoras.

Aspirava a ser sobretudo o autor dramático dum grupo. Sentia-me uma espécie de Shakespeare, Benavente ou Nicodemi dum grupo por assim dizer meu, orientado por mim, muito homogéneo, livre das mazelas dos grupos que então havia por todos os lados, e que representasse para as nossas famílias e pessoas de amizade.

E, como a furiosidade andava no ar, o grupo apareceu. Ou por outra, já existia. Era o meu grupo até ali pacatamente cingido aos nocturnos prazeres de Pantagruel. Isto é, a modestas comezainas em companhia, depois dalguns de nós haveremos talvez em casa mostrado fastio pela comida doméstica...

Nem um só dos meus companheiros de pacata boémia disse que não.

A minha estreia no teatro das Trinas incutira-lhes confiança. Havia entre eles dois que conheciam todo o repertório do teatro de D. Maria e apetecia-lhes

igualmente poder representar peças bonitas, para as famílias... Mas nada de repertório do Napoleão da Vitória. A peça ia ser minha. Chamava-se: «*Quando a mulher quer*»...

Grupo organizado em família, não queríamos contracenar com atrizes baratas ou amadoras que nos exigissem o namorado para ponto. Fácil nos foi conseguir dum comum amigo que uma das suas filhas representasse connosco e na casa desse comum amigo começaram os ensaios. Havia na peça uma dama central, para a qual se ofereceu logo uma respeitável senhora que, com os seus cinquenta e tal anos pelo menos, toda se felicitava de poder ir tomar parte numa récita de gente delicada. Coitada, apenas estava um tanto deslocada para o papel: o de ama dum pintor.

A minha peça resultou duma observação minha de coisas várias da vida rústica, num veraneio que então fiz mais demoradamente nos arredores de Leiria, onde havia o sonho e a teimosia de se ter um padre na família, sonho e teimosia de que também fui vítima em circunstâncias um tanto dramáticas. E estão vendo o desfecho. *Quando a mulher quer, Deus o quer*, era o título e o estribilho e portanto lá havia o futuro padre que, a despeito da vontade do pai e do padrinho e de mais amigos, acabava por renunciar espectacularmente às glórias do sacerdócio e por aumentar a lista dos que — no dizer dum romance então bastante lido: o «Sem Dogma» do autor do «*Quo Vadis*» — não podiam viver sem mulher...

Ora muito bem: A peça pedia, pois, um prior que não ia nada mal, entregue a um dos meus amadores — um que tinha visto representar algum do repertório dos Rosas e Brazão no D. Maria e depois quase todo o da Sociedade Artística de Ferreira da Silva, do Posser, do Fernando Maia, do Augusto de Melo, da Virgínia, da Augusta Cordeiro, da Delfina e da Laura Cruz, etc. O pai da menina, um lavrador meio rico, também prometia não ir mal. A menina ia ser desempenhada pela amadora de quem já falei. E o seminarista, que deixava de o ser no fim da peça, foi confiado logicamente ao mais novo e mais galhardo do grupo. Não queríamos os galãs velhos do nosso teatro de declamação... «Galhardo» o termo próprio da região da acção da peça, um tanto sinónimo do que as raparigas de Lisboa hoje chamam, creio eu, «jeitoso, jeitozinho»...

Infelizmente o nosso galã, muito bom rapaz para bem dele, muito mau galã para mal nosso, mostrou-se um autêntico canastrão. Não tinha habilidade nenhuma para o papel que lhe estava distribuído e em que não podíamos fazer qualquer troca, porque era ele realmente o único em idade e com físico para o papel. Além disso foi logo aprovado pela ingénua da peça, que, por sinal, não tinha namorado que nos exigisse ser ele o ponto...

Não tinha namorado, mas passou a tê-lo. Deu-se o caso ultra-realista de que o nosso galã, inábil para representar a comédia, representou-a a valer com a ingénua. Começou dentro de poucos dias a namorá-la com licença do papá, extra-comédia, e, passado um ano, lá foram os dois dar o sagrado nó na igreja de Santa Catarina, creio eu.

Razão teve o Leoncavallo dos *Palhaços*, que eu há pouco me atrevi a desmentir: *O teatro e a vida não são a mesma coisa...*

— E a peça?

— A peça naufragou... O nosso galã não se resignou sequer a fazer de ponto para ceder a outro as tiradas das declarações de amor... Era ciumento como o Otelo. A ingénua, por seu lado, apesar de não haver em cena senão um simulacro castíssimo dum beijo, recusou-se a contracenar com qualquer outro. O papá da menina, que tinha mais filhas, ainda designou outra para a peça e ela pareceu aceitar... Tudo ia, pois, arranjar-se, mas, quando apresentámos o novo galã, que nos servia para a representação, ela recusou-o... Não lhe servia para marido...

Desilusão, pois, para os meus sonhos de comediógrafo. Tão grande como a dalguns anos antes diante do cartaz do *Defunto*, no dia da Restauração de Portugal.

Apelei para a representação duma pequena farsa que então também escrevi, para abrir o nosso espectáculo, que pretendeu ser uma sátira à lei do divórcio, então decretada pelo Governo Provisório, e no desempenho da qual não precisávamos da nossa amadora enamorada. O ensaiador prometeu-nos amadora *profissional*. Não se riam VV. Ex.^{as}. Havia amadoras que representavam por dinheiro, dada a dificuldade de se arranjar senhoras de família para as funções dramáticas. Fomos representar a comédia numa sociedade lá para S. Cristóvão, que nos convidou para colaborarmos no seu aniversário. Mas na noite da récita, nem ensaiador nem amadora. E a peça teve de ser representada, amputada da personagem feminina, e portanto de tal maneira desfigurada que o público não nos pateou porque preferiu rir-se à nossa custa...

Ainda tomei parte em várias récitas de amadores, improvisadamente, como ponto, porque se foi espalhando que eu sabia *apontar* as peças muito bem. Mas também desisti. Os amadores, as amadoras, iam para a cena, totalmente ignorantes dos papéis. Empregavam cínicamente as chamadas «buchas», isto é, o palavriado que lhes vinha à cabeça, para se livrarem dum embaraço. E o ponto por vezes não sabia onde reatar a leitura da peça. O meio não merecia realmente o meu entusiasmo. Foi este um dos desenganadores capítulos da minha vida e da de todos aqueles que tomam as coisas demasiado a sério. Inútil fazer voar quem não tem asas.

Então desisti de todo. Amuei.

Mas não perdi o meu amor pelo teatro. Dei-me muito a lê-lo e afiz-me a pensar e a decidir para mim de ver nele apenas o que hoje vejo ainda: um género literário.

Permitam-me agora uma digressão:

— Então as peças fazem-se para serem lidas ou representadas?

— Pois para uma e para outra coisa. Entendo aliás que, quando se não fazem para ser lidas, devem fazer-se de maneira que possam ser lidas.

— E há interesse na leitura duma peça?

— Depende do leitor.

E, na explicação, vou dar homem por mim.

É Faguet, que eu não sei se ainda pode citar-se. Eu achei sempre nele um divulgador interessante e claro. Escreve-nos, na sua *Arte de Ler*, que foi traduzida entre nós:

«— Servirão os poetas dramáticos para serem lidos?

«Tanto como para serem ouvidos.

«Se é verdade que uma boa comédia só pode representar-se à luz das velas, não é menos certo que há como que um julgamento de recurso a aplicar-lhe e que só pela leitura lhe poderá ser aplicado.

«Na representação julga-se do brilho e também do movimento da peça teatral e pela leitura julga-se da sua solidez.

«É pela leitura duma peça que a gente escapa dos prestígios da representação; é pela leitura que a gente deixa de ser enganada pelo desempenho dos actores, pela energia da sua declamação e pela espécie de império e de posse que eles exercem sobre nós.

«Muitas peças alcançam amplo sucesso no teatro. O pior é quando se imprimem.

«Todo o autor que escreve uma peça, tendo em vista uma estrela, um certo actor ou uma certa actriz, não escreve para o leitor, resigna-se a não ser lido e na verdade condena a sua peça como obra de arte».

O que é preciso, portanto, é sabermos ler teatro. Outro tanto sucede, afinal, com a música, a qual se executa para que a maioria de nós que não sabe lê-la na catadupa de colcheias, fusas e semifusas do papel pautado, aprecie o que em tal papel se contém horizontal e verticalmente em melodias e em harmonias. Foi depois de ensurdecer que Beethoven escreveu quase todas as suas imortais sinfonias; não precisava de ouvi-las para saber o que punha dentro delas. Os olhos lho diziam.

Assim nos diz Faguet que para sabermos ler uma peça é preciso que tenhamos ido algumas vezes ao teatro, para nos habituarmos a vê-la, ao ler, com os olhos da imaginação, como a vemos num teatro, mexida e vestida.

E diz muito bem ainda:

«Nada há de resto tão agradável e este espectáculo numa poltrona não tem outro defeito que não seja o de enfraquecer um pouco em nós o desejo de ver representar peças num teatro excessivamente quente, mal cheiroso e incómodo...»

E ponho ponto na digressão, para não dizerem que estou a agravar a crise teatral...

Já que VV. Ex.^{as} me deixam ir contando coisas minhas, eu lhes direi que, sem ter lido então Faguet, acabei por fazer o que ele nos diz.

Abençoei tudo quanto me afastou dos três palmos dos palcos dos «furiosos», porque o meu culto pela arte dramática não afrouxou. Assim me deram a «deixa» — vá o calão teatral —, para a leitura de muito do melhor (e do pior) de Marcelino Mesquita: a *Leonor Teles*, a *Noite do Calvário*, a *Dor Suprema*, o *Regente*,

o *Envelhecer* (que depois vi com o Brazão, velho na idade e na cena); de D. João da Câmara: a *Rosa Enjeitada*, o *Pântano*, o *Ganha Perde*, o *Afonso Sexto*, a *Meia Noite*; de Schwalbach: a *Bisbilhoteira*, a *Cruz de Esmola*, a *Anastácio & C.^a*, a *Senhora Ministra*, o *Intimo*, a *Santa Umbelina*, o *Filho da Carolina*; de Júlio Dantas: a *Santa Inquisição*, os *Crucificados*, que apenas se tinham representado numa noite, o *Serão nas Laranjeiras*, *O que morreu de Amor*, as *Rosas de todo o ano*, a *Ceia*, a famosíssima *Ceia dos Cardeais*, que nunca precisei de ver em cena... Ah, a epidemia de paródias que então houve desta *trouvaille* única de qualquer autor dramático, paródias que descambaram à porta fechada, no obsceno, em certo teatro que havia ali, para as Amoreiras, como alguns de VV. Ex.^{as} saberão...

Afinal, digamos a barbaridade: um teatro, uma casa que se chama teatro não se destina propriamente a apresentar as obras, mas os desempenhos. A arte do dramaturgo, do comediógrafo, pode ter o seu contacto com o público, directamente, público que em tal caso é o leitor. Está aí a sua verdadeira perenidade, quando a merece. Assim a têm merecido os velhos clássicos gregos e romanos, o nosso Gil Vicente, o Shakespeare, os trágicos franceses, os grandes espanhóis, etc. E assim ficará quem não houver sacrificado ao prato das lentilhas do êxito fácil. O teatro é sobretudo um género literário.

Parece que estou a amesquinhar os intérpretes, aqueles que dão o corpo, o gesto e a voz às criações abstractas dos dramaturgos e comediógrafos. Não estou. Aqui há outra arte, a arte de representar, servida, não apenas pela do dramaturgo ou comediógrafo, mas pelas artes plásticas e pela música muitas vezes.

É apenas interpretação? Não é. É outra arte e pode ser legítima criação, fugaz embora, surge e some-se entre um subir e um descer dum pano. Morre o artista que a cultiva, de todo, aos olhos, aos ouvidos dos que o viram e ouviram, mas criou, marcou o momento do que pode ser o sublime.

Parece-me até sem sentido essa pergunta que por aí se faz comumente: — O actor cria ou apenas reproduz?

Cria, quando sabe criar. A personagem que ele cria não é apenas a das rubricas da peça, a do autor. É a sua.

Reis Gomes, amador a sério das coisas de teatro, como VV. Ex.^{as} sabem, estudioso e sabedor delas como poucos, mesmo os que em teatro mexem, escreveu coisas interessantes sobre esta arte do actor. Arte que é a de representar, apoiada nas criações literárias, auxiliada pelas artes plásticas, que a todas reune na expressão mais viva do homem, visto moral e fisicamente, alcançando, triunfante, neste supremo esforço, a realização artística do homem vivo. A manifestação estética da vida, que é o objectivo do teatro.

E assim se socorre da literatura que tem o fim específico de interpretar o homem moral; assim se serve da pintura, da escultura, pelo desenho, pela cor, pelo relevo da forma, na manifestação do homem físico. Para mim essa manifestação estética da vida é a poesia duns tantos retalhos da vida que o autor

dramático surpreende imaginosa e presta ao seu leitor, à qual o actor, no dizer de Coquelin, dá o seu corpo e todo o ritmo do seu gesto, toda a vibração da sua voz, fogo da sua alma, a palavra articulada, o timbre, a variada gama da dicção, numa interpretação sua do que lhe foi dado pela literatura dramática, na atitude do homem, apenas homem, procurando criar sobre a sua vida que ele não viveu, mas podia viver e que bem entende e bem traduz.

E teve razão o velho Coquelin, citado pelo nosso Reis Gomes. Há um curioso parentesco das artes. Cada uma tem um pouco de todas as outras, mas é talvez esta, a teatral, a arte de representar, a que mais condensa e pede de todas outras. É pintura animada, tem todas as regras do arabesco e do ritmo, da composição e da disposição das figuras, dos valores, da luz, das sombras.

É escultura animada também, sobretudo quando se associa à dança.

Pede à arquitectura, não apenas o casarão, onde reúne os espectadores, mas o conúbio da arquitectura e da pintura, que é a cenografia.

Estou afinal a enfronhar-me em coisas cujo estudo não é para aqui. Mas não estou estudando, estou enunciando e como que volitando, borboleteando à roda do meu tema central: A valorização do amador da arte dramática. A valorização do amador, em geral.

Mas falei em artistas, objectar-me-ão VV. Ex.ªs.

Falei, porque para mim o artista não é estreitamente o cavalheiro ou dama, societário ou contratado de teatros pagos com o nosso dinheiro.

Pelo contrário, o amador pode e deve ser mais artista que o profissional: é o cultor desinteressado da sua arte; o que deve é cultivá-la com esmero e dignificá-la, dignificando-se.

Eis o que eu não vi há trinta e tal anos, no meio dos «furiosos» de tal tempo.

Entre nós, isto não se diz todos os dias. Pelo contrário, dá-se ao profissional categoria que não se dá ao amador. Lá o vemos no regulamento que recentemente aí se publicou dum concurso de arte dramática entre amadores, que pode dar excelentes resultados, mas também pode levar aos amadores dramáticos mais um mal que eles não tinham: — o espírito de campeonato, que barafunda o meio desportivo. E afinal é fácil ser-se júri dum campeonato desportivo com o cronómetro na mão e os olhos em tal jogo, segundo certas regras. Parece-me, pelo menos, mais fácil que a tarefa de apreciação dum conjunto de intérpretes de determinada obra, para dar um prémio a um dos grupos concorrentes... O que aí vai nascer de espírito clubista também... E o meio de amadores dramáticos do que mais precisa não é de estímulos de concorrência entre eles, mas de cultura, muita cultura, que eleve o nível moral, artístico de todos, que desfaça um dia esse equívoco de todos os dias, de teatro popular e teatro quê?... — o que rebaixa o teatro popular a um subgénero...

Pois não é, não deve ser.

Ou, por outra, teatro popular, sim, mas o bom teatro descido ao povo, chegado a todos, e nunca um teatro na acepção imprópria de inferior, reles,

popularucho, como dizem os espanhóis. Esse não é arte, sob aspecto nenhum, nem popular, nem burguesa, nem aristocrática. Os amadores devem ser cultivados para representar as grandes obras; os artistas profissionais não devem envergonhar-se de representar o que antigamente se chamava teatro moderno ou social, quando no palco se exibiam cenas da vida popular, da vida humilde, entre gente que trabalha, ao contrário da usual ociosidade das personagens de muitos por cento do teatro francês e de alguns por cento do nosso teatro: gente que não tem que fazer. Conversa, joga, fala ao telefone e faz vagos negócios fora de cena... São sempre titulares e doutores, têm sempre criados.

Popular foi o teatro Gil Vicente, embora exibido muito dele nas cortes dos reis; popular foi todo o teatro dos sucessores de Gil Vicente, inclusivamente as próprias peças dos jesuítas de Santo Antão; popular foi o teatro do «Judeu», o teatro de Manuel de Figueiredo; mais perto de nós o de Garrett, o de Marcelino, o de D. João da Câmara. O teatro é a arte das multidões.

A poesia pode ser requintada, a pintura, a escultura; o teatro não, se tem de surgir no tablado das representações.

Dizia Schiller, citado num livro português que li há dias, que eram três os inimigos do teatro:

«O empresário, que só quer fazer negócio; o actor, que só quer brilhar; o público, que só quer divertir-se».

Ainda hoje é assim. Por onde começar a regeneração?

Por forçar o empresário à abnegação das receitas da bilheteira? — Impossível. Por forçar o artista à modéstia? — Não é fácil. Por educar o público e acostumá-lo a tomar a arte a sério? Não é fácil tão-pouco, não, eu bem sei. Mas mostra um caminho que nos está no agrado e nos dá a satisfação dum dever cumprido: — O derramamento, pois, de cultura, de muita cultura nas nossas manifestações artísticas. E o amator dramático, culto, não tardará a elevar-se ao nível que amiúde encontramos nas artes plásticas, na própria música.

O movimento de amadores na nossa música, na nossa vida musical portuguesa, honra-nos.

E já que estou em maré de celebração de amadores, lembremos que, em todas as artes, foram os grandes amadores os nossos principais ornatos.

Amador da poesia foi Camões, que não viveu de fazer versos (embora houvesse recebido no fim da vida a tença dos quinze mil réis, para o que foram citados os serviços prestados ao Rei nas partes por onde andou). Na vida activa era soldado de aventura e mau funcionário público. Amador da oratória foi António Vieira, que não escreveu livros para os escaparates dos livreiros, com publicidade na imprensa, mas pregou sermões e escreveu cartas aos familiares. Frei Luís de Sousa, salvo nos Anais de D. João III, pagos pelo Filipe, trabalhou por amor da sua arte ou para esquecer mágoas. Amador foi Alfredo Keil, que nos deixou óperas, embora o morda a má língua dos profissionais. Quita era barbeiro, Cesário Verde empregado no comércio, outro tanto Fernando Pessoa.

E o *Frei Luís de Sousa* foi estreado em certo teatrinho por um grupo de amadores.

Estou a ouvir daqui: — Vem desse amadorismo o mal à arte, à literatura, o mal do homem que tem de lutar pela vida em vez de se dedicar exclusivamente à sua arte...

Parece, mas não... O mal não vem daí. Vejamos o profissionalismo literário em França. Enriquece editores e autores, não há dúvida. Mas dá grandes obras na proporção dos dez ou doze mil volumes duma produção anual que chegou a ter?

— Não. Quando um autor tem um momento na vida, de escrever, de compor, de realizar uma obra que merece ficar, já é isso uma grande coisa. Até aí, daí por diante, quase toda a outra obra é mero lastro. O que vale é parcela mínima. Esse lastro interessa a editores e empresários. No Século XVII, em Espanha o melhor reclamo era dizer duma peça: — «*Es de Lope*»... Ainda hoje se lêem livros e se vai ao teatro pelo nome dos autores. O povinho é que diz com razão: «Cria fama e deita-se a dormir». Comparem a qualidade dos primeiros romances de Blasco Ibañez, escritos na sua natal Valência, obscuramente, com a dos romances e argumentos escritos para os estúdios de Hollywood... Mercadoria, não arte. E calo a tal respeito o que pudera contar-se da compra de originais feita aos «ratés», pelos autores consagrados, da fraude das obras póstumas, etc. Para o editor, para o empresário, o autor é a marca da mercadoria, lança-o, acredita-o, explora-o. Eis um aspecto grave do tal profissionalismo.

O nome do consagrado é, sim, puro negócio comercial, ajudado por certa crítica que faz história e cataloga pelos cumes, sem se dar a uma análise objectiva das obras dum autor, sem nela separar o trigo do joio.

A industrialização, eis o grande inimigo da arte.

E agora que tanto se fala na criação de mundos novos, de novas ideias, e doutras coisas bonitas, uma das pedras para construção desse ou desses mundos é a de assentarmos o culto da arte na educação e dignificação do amador. Eu não quero ofender os ouvidos de VV. Ex.^{as} com mais citações, mas a melhor coisa que eu guardo da leitura remota dum Kropotkine era mais ou menos a de que devemos nós todos ganhar o pão de cada dia, fazendo escritas, cartas, officios, botões, colheres, alfinetes, prestando serviços inúmeros ao nosso próximo, sim, senhor, mas deixando às nossas horas vagas o cultivo desinteressado das belas letras e das belas artes.

Porque não hão-de ser dignificados os amadores dramáticos? Porque hão-de ser mantidos em nível inferior ao dos amadores das outras artes? Porque lhes há-de ser negada a criação das grandes obras? Porque há-de continuar a chamar-se teatro popular ao reles, ao tal *popularucho*?

Por sinal que, quando o cultivo da arte dramática pelo amador oferecer possibilidades sérias de interpretação das obras, terá chegado a vez a essas dezenas de autores *ratés* que por aí andam esperando a almejada hora de verem a sua peça em cena... Sem direitos de autor? — Paciência, também eles devem

servir desinteressadamente a arte. Ganhem o pão de cada dia, como disse o Kropotkine, que não esteve errado em tudo...

E talvez um dia o seu nome se imponha ao teatro oficial. E talvez um dia se imponha aos tais industriais de teatro que com ele vejam a possibilidade de ganhar dinheiro. O desbravar de todas as obras foi sempre obra de amadores. Quando chega a ocasião de representarem um valor a explorar, surge o negociante. Leiam VV. Ex.^{as} a *Carteira do Artista*, do Sousa Bastos. Quase todos os artistas do nosso teatro, dos maiores aos mais pequenos, começaram nos teatrinhos dos amadores. Chegava um dia ao empresário a notícia dum talento digno de ser explorado publicamente, chamava-o em troca duns tostões por noite...

Foi o começo, eu sei lá, do Santos Pitorra, do Vale, do Sarzedas, do Taborda, do Isidoro, do Simões, do António Pedro, do Taveira, do Portugal, do Telmo, da Emília Eduarda, da Emília dos Anjos, do Posser, do Queirós, etc., etc.

Até lá, autores dramáticos, escrevei e publicai à vossa custa, para oferecerdes aos amigos. Porque, se quereis estrear a vossa peça num tablado público... Cedo a palavra a um escritor dramático célebre na Dinamarca, o poeta Svend Borberg, do qual li recentemente um artigo na revista alemã *Europaische Literatur*.

Começa ele por dizer que o autor dramático, quando acaba de escrever o seu drama, julga ter acabado os seus trabalhos. Mas não, os trabalhos começam então, se quer representá-lo. E diz, textualmente:

«O jovem poeta cujo sonho é o de ser autor dramático, deve em primeiro lugar procurar um médico, não um, mas vários médicos, e o melhor é ainda um especialista. Não porque a fantasia dramática seja o primeiro sintoma dalguma doença perigosa, mas porque a profissão de autor dramático pressupõe uma constituição excepcional. Que o estômago tenha de dominar a fome, é o menos. O coração é que tem de ser o dum mergulhador ou dum aviador...

«Porque? Porque tem de aturar a pé firme tantas e tão repentinas coisas, tanta e tão perigosa gente, do empresário à primeira actriz, ao galã, ao contra-regra, ao carpinteiro de cena, ao repórter jornalístico, que só um coração muito sãozinho lhe permitirá tais provas, sem perigo da saúde e até da vida...»

Quando li isto, há cerca dum ano, compreendi que tudo quanto me tinha acontecido há trinta e tal anos, no meu círculo de amadores, era afinal naturalíssimo. E, quanto às exigências das primeiras actrizes que fazem perder a cabeça ao autor novato, lembrei-me da ingénua da peça em que entrei, que me mirou dos pés à cabeça e que nos exigiu que o ponto tinha de ser o namorado. E ainda mais me lembrei da ingénua enamorada da peça que escrevi, peça rústica, em que a personagem tinha de entrar de mantilha na cabeça...

— Isso não; mantilha é que eu não ponho. Eu, que tenho um chapéu tão bonito...

A terceira parte da nossa palestra pode ser um apelo aos Amigos de Lisboa, amigos portanto do seu progresso material, moral, artístico, ou seja do seu pro-

gresso na vida individual e social, para secundarem a grande obra de cultura de que a arte dramática do chamado amador popular tanto carece.

Não precisa agora de grande justificação o meu propósito. Apenas talvez me perguntem como deve fazer-se essa obra de cooperação da nossa parte para fim tão importante.

E mais de um de VV. Ex.^{as} pensará: — Ora aí está uma esfera de acção, que temos o direito de ver abrangida na actividade dos dirigentes do nosso Grupo. Procurem eles concretizar essa aspiração, realizá-la com êxito, agreguem a si quem possa secundá-los no mesmo caminho e no mesmo propósito.

Parece isto razoável. Parece e é. Apenas não é fácil.

E não é fácil, sobretudo porque outras entidades que por aí há, inclusivamente as oficiais, não levariam a bem a nossa intromissão, que é função específica deste ou daquele corpo, oficial ou não oficial. Estamos cheios de pessoas e de entidades que não fazem nem deixam fazer. A nossa agremiação não é a única agremiação cultural de Lisboa. Há outras, muitas outras, com o seu objecto cultural, artístico, recreativo, filantrópico, etc., que não veriam com bons olhos a nossa fouce em seara que cada uma julga sua. E as entidades oficiais pior.

Por isso eu creio que a nossa missão colectiva de Amigos de Lisboa não pode nunca ir muito além, em tal campo como em outros da nossa vida cidadina, do que lhe está marcado pelo popular consenso, de amigos das coisas velhas e dumas tantas curiosidades. Mas pode evidentemente propagandear, pôr em luz problemas, que à vida social, moral, artística, recreativa da nossa Lisboa interessam, e já será uma boa contribuição. Disse alguém, infelizmente para nós, em país mais dotado de acção que o nosso, que pôr problemas é resolvê-los.

Por outro lado há na nossa população associativa pessoas de cultura, de notabilidade, de influência em outros círculos sociais, a que pertencem, e que em tal acção, voluntária e persistente, terão ocasião de prestar um grande serviço à vida social desta Lisboa, da qual podem e devem irradiar sempre luzes e estímulos para todas as outras terras.

Será mais uma forma de se ser amigo de Lisboa, terra de nascimento ou adopção de cada um de nós. E, repito, esta obra na nossa colmeia lisboeta acaba por ter projecção no país e por ser portanto de bom alcance nacional. O lisboeta nunca é mero bairrista.

Já agora vou contar a VV. Ex.^{as} uma missão que por muito tempo abusivamente me arroguei, muito antes de pertencer ao nosso Grupo e dele próprio existir.

Refiro-me à vida das nossas ruas, tão faltazinhas duma autêntica polícia de costumes que nos evite coisas que dia a dia por aí nos ofendem e escandalizam naturais e estranhos, estes sempre prontos a denegrir-nos, e que, por isso, tanto nos ferem. Por exemplo: o rapazio mal criado que por aí pulula, mormente depois que lhe pegaram a loucura do futebol diário, às horas de folga das oficinas e de entrada e de saída das escolas.

Por mais duma vez chamei a atenção da polícia das Avenidas Novas para os passeios equestres de civis e não-civis pelas placas centrais dessas avenidas que podem estar condenadas pela nova estética cidadina, mas que nada autoriza sejam invadidas pelas correrias e trotes de cavaleiros militares ou paisanos. Fizeram-se para passeio de peões.

Duma vez tive ocasião de impedir um cortejo de raparigas e rapazes nuzinhos à hora do meio-dia, talvez pelo calor, no meio da risota estúpida dalguns adultos. Para travar o enxovalho que já se desenhava sobre mim e sobre a minha filha, que me acompanhava, tive de chamar a atenção para o caso da polícia da esquadra do Caminho Novo.

Doutra cheguei a ser mimoseado com pedras, por querer obstar a uma verdadeira batalha à pedrada que se travava na Rua do Meio, à Lapa.

Doutra vez, esta a mais séria, tendo assistido a provocações indecorosas dum rapazote, vendedor de gelados em carrinhos, ali no Largo da Estrela, a uma pobre velhota amalucada, mandei-o calar com as insolências que disparava a quem podia ser avó dele. Oh diabo! O rapazola refilou. E a tal ponto que tive de fingir que era autoridade, para evitar que ele se atirasse a mim... Ele acobardou-se. Mas, quando me afastei, era de ouvir o sujo palavreado de desabafo que de longe me chegava. VV. Ex.^{as} adivinham-no. Escusado dizer que em todo o largo da Estrela não encontrei polícia.

Depois deste irritante caso, confesso, moderei o meu entusiasmo pela regeneração dos costumes da nossa gente das ruas. Faltava-me e falta-me aquela robustez física que não fica em palavras, mas passa a obras, que sejam lição de facto a quem merece, em vez de ameaças, as quatro bofetadas que o citado rapazola me merecia.

Ora a verdade é que eu sou muito amigo de Lisboa, mas não desejo ser mártir de Lisboa...

E já agora peguem-me na palavra.

Não queira eu fazer de VV. Ex.^{as} o que eu não quis ser: Amigos de Lisboa, sim; mártires, não.

Depois de toda esta história, mais que *tripartita*, *multipartita* e *multibarahada* de coisas próprias e alheias: próprias, que a VV. Ex.^{as} não interessavam, alheias, para que eu não tinha procuração, venham as palavras dignas do aplauso de VV. Ex.^{as}:

— Tenho dito...

(Palestra realizada na sede do Grupo «Amigos de Lisboa» em 16/11/944).

OS PAÇOS DE SANTO ELOI E OS PAÇOS DE S. BARTOLOMEU

por FERREIRA DE ANDRADE

Analise-se agora, à face deste novo documento, a verdadeira localização dos Paços de Santo Elói. Não restavam já, quanto a nós, depois da leitura na *Crítica e História* do estudo de Braamcamp Freire, quaisquer dúvidas de que os Paços de D. Leonor eram situados, pouco mais ou menos, no local onde hoje assenta o prédio que da rua Bartolomeu de Gusmão esquina para o largo dos Lóios, caindo ainda sobre terreno desta artéria. O documento da chancelaria de D. Sebastião é, porém, concludente. Se alguma dúvida nos restasse essa desapareceria por completo.

Vejam os:

São (os Paços) dos proprios e beês da coroa cõ seus altos e bayxos logradouros e serventyas vendas compras como as tinha he pessuja a rrainha dona lyanor e a mjn e ha coroa pertencem e pertencer podem que partem de hũa parte cõ rrua que vay da porta dallfofa pera o castello e da outra com trouvessas que vão pera o moesteiro de sãnto eloyo e jgreja de são bertolameu e cõ as mais comfromtações a que de dereito devem e ajão de partyr.

Temos, assim, que os Paços de D. Leonor eram situados na rua que vai da porta da Alfafa para o Castelo — mais tarde a rua direita das portas da Alfafa, por onde hoje discorre sensivelmente a rua Bartolomeu de Gusmão (45).

Do outro lado (e subentende-se do lado oposto) caíam os Paços sobre travessas que iam para o mosteiro de Santo Elói e para a igreja de São Bartolomeu. Esta confrontação dos Paços da Rainha pode admitir à primeira vista certa confusão que logo se desfaz ao verificar-se (ao contrário do que nos apresenta a planta elaborada por Braamcamp) que do lado nascente dos Paços não existia ainda o largo de Santo Elói; neste terreno erguia-se ainda, quando D. Leonor ali residiu, o edifício do hospital de Santo Eutrópio que, como se sabe, só em 1541 passou para o poço do Borratém. Natural é que no ano de 1569 o prédio que fora em tempos idos a albergaria de Paio Delgado e depois o hospital que o bispo D. João Alão instituía ainda existisse — muito embora já devoluto, pelo menos desde 1507, segundo se lê neste passo de um documento do antigo convento dos Lóios (46): *todo o chão d'ante a porta travessa de S. Bartolomeu assi como*

(45) O estudo desta artéria está feito no nosso trabalho *A Freguesia de Santiago*, vol. II.

(46) Livro XVIII, fl. 59 (Arq. Nac. da Torre do Tombo).

parte com o adro, até a porta de Santo Eloi, que fora casas compradas a Lourenço Guimarães e casas que foram hospital de Santo Entrópio que pertence ao morgado de S. Mateus.

Entre, pois, as casas de D. Leonor e o hospital e casas de Lourenço Guimarães existiam as travessas que davam acesso aos dois templos vizinhos.

Pena é que o mesmo documento nos não dê as confrontações do Norte e Sul da propriedade, e nos diga só muito vagamente que tinha *as mais confrontações a que de direito devem e ajam de partir*.

A corroborar a afirmativa da carta régia de que os Paços deitavam para a rua das Portas da Alfafa temos ainda a citação do *Livro de Lançamento e Serviço*, etc. (47). No *Trelado da freguesia de San Bertolomeu* ao mencionar-se o contributo dos moradores da *rua das Portas de Alfafa*, a seguir às casas de Antão de Faria vem: *Manuel Fernandez, criado do bispo D. James nas casas do dito bispo* onde também residiam Barbosa Rodrigues, viúva, Branca Nunes, Branca de Faria, viúva, Fernão Dinis, criado e Bartolomeu Salgado, homem do meirinho da corte.



A face da localização comprovada pela carta de D. Sebastião cotejemo-la com os extractos dos documentos publicados por Braamcamp.

Não nos restava já dúvida alguma, repetimos, antes da leitura do documento de venda do palácio de que este se situava onde o autor da «Crítica e História» o localizara. Tínhamos, no entanto, algumas reservas quanto às suas confrontações e, muito principalmente, quanto à topografia do local.

Analiseemos, uma por uma, as nossas discordâncias a algumas das deduções do probo historiador:

1.º As casas (pequenas) de Pero de Alcáçova (1498) — mais tarde (1565) de D. Dinis de Almeida, contador-mor, e em 1755 do duque de Cadaval — não ficavam onde Braamcamp as localizou. Situavam-se onde hoje se ergue o prédio que faz esquina da rua Bartolomeu de Gusmão para a rua do Milagre de Santo António. Confirma-o a carta régia de 26 de Outubro de 1498, na qual se faz mercê a Pero de Alcáçova, *de hũ chaão que he na costa quando veem do paaço junto com a porta da alfoufa* (48). Neste prédio nasceu o secretário Pero de Alcáçova Carneiro, conde da Idanha — segundo ele próprio o confessa nas suas memórias (49): *nasci na cidade de Lisboa, nas casas da Porta de Alfafa, que foram de meu avô Pedro de Alcáçova, dadas a meu pai em casamento com minha mãe, Beatriz de Alcáçova, sua filha*.

2.º Braamcamp Freire dá-nos como existindo já na época em que os

(47) Vol. IV. Publicação da C. M. de L.

(48) *Livro I da Extremadura*, fl. 238, v.

(49) *Relação de Pero de Alcáçova Carneiro, conde de Idanha*, etc., pág. IX.

Paços de Santo Elói eram habitados por D. Leonor as ruas da Amargura e Jerusalém — ruas que, na opinião do douto genealogista, delimitavam a Norte e Sul o palácio.

No entanto as confrontações das casas de Antão de Faria — prédio que se estendia desde as escadinhas de S. Crispim, sobre a actual rua da Saudade, até ao convento dos Lóios — desmentem a existência dessa última artéria. As casas do camareiro de D. João II *entestavam* com as da *Senhora Rainha D. Leonor* e estas, por sua vez, com o convento dos Lóios. A comunicação entre o mosteiro e as portas de Alfofa era feita através de uma passagem que havia sob o passadiço das casas de D. Leonor — passagem decerto idêntica à que existia sob a propriedade de Antão de Faria e que estabelecia a ligação entre as portas de Alfofa e a rua dos Cónegos. Essa passagem era a tal *rua em meio* citada no testamento de D. Leonor — mais tarde *a rua que vai da nossa portaria* (convento dos Lóios) *para as portas da Alfofa* ou *travessa que vai para Santo Elói* de 1638 e depois, sim, transformada na setecentista rua de Jerusalém, topónimo que lhe adveio do facto de em dependências do palácio existir a Casa de Jerusalém.

3.^a — *A rua que vai da porta da Alfofa para as casas de Antão de Faria* ou *rua que vai para onde vive João da Fonseca* não eram, ao contrário do que diz Braamcamp, a rua da Amargura, mas sim a *rua das portas da Alfofa*, para onde deitavam aquelas duas propriedades. E senão vejamos: Na certidão que está junta a uma das verbas do testamento de D. Leonor diz-se muito claramente que as casas onde morava Diogo Álvares e sua mulher Leonor Álvares (a quem D. Leonor legara as suas casas, legado confirmado depois por D. João III) estavam na *rua que vai da porta da Alfofa para as casas de Antão da Fonseca e são três casas sobradadas, com tres lojas, e uma delas tem outro sobrado das casas que foram da dita Senhora em cima e as duas de telha vã e partiam da banda de baixo com casas da dita Senhora e das costas com quintal das casas da dita Senhora e da banda de cima com casas de Simão da Fonseca e com a dita rua*. Estando, pois, as casas que D. Leonor legara a seus criados ligadas às de Simão da Fonseca (anteriormente haviam pertencido a seu pai João da Fonseca) como poderia existir a tal rua da Amargura?

É nossa convicção de que na época em que D. Leonor teve os seus Paços estes ligavam o convento dos Lóios e as casas de Antão de Faria às propriedades dos FONSECAS que talvez se estendessem até ao Chão da Feira. Existiria, sim, como ligação entre o convento e as Portas da Alfofa uma estreita passagem sob os Paços, passagem mais tarde alargada, dando origem à rua de Jerusalém. Note-se que nem Cristóvão Rodrigues de Oliveira, nem João Brandão (Buarcos) nem mesmo o *Livro de Lançamento e Serviço*, etc., nos citam as ruas da Amargura e de Jerusalém. Por que as menciona então Braamcamp?

A primeira é, sobretudo, havida pelo autor da *Crítica e História* pela seguinte citação na lista dos canos existentes em Lisboa nos fins do terceiro quar-

tel do Século XVI ⁽⁵⁰⁾: *As casas da R.ª nossa S.ª, que sãta gloria aja, tem hũ canno q̃ vẽ da sua cozinha e vẽ ter abaixo da porta dallfofa e neste canno tem serventia o secretario, o ffranc.º de matos e J.º da fomseq.ª*. E Braamcamp acrescenta peremptòriamente: «Este cano só podia seguir pela rua da Amargura... e por tanto as casas dos três cunhados ficavam nessa rua e na sua prolongação até à porta da Alfofa».

Difícilmente se compreende como o douto genealogista chegou a esta conclusão. O Secretário de que nos fala a relação era Francisco Carneiro (ou já seu irmão Pedro de Alcáçova Carneiro) proprietário das casas junto das Portas da Alfofa; Francisco de Matos era marido de Isabel de Alcáçova e, decerto, vivia na propriedade que fora de seu sogro, Pedro de Alcáçova; João da Fonseca vivia ao norte das casas de D. Leonor.

Os três cunhados residiam, assim, na *rua das portas da Alfofa*. Como arranjou Braamcamp a localizar estas três propriedades numa rua que nem sequer ainda existia?

O citado cano deveria certamente descer do Chão da Feira para as portas da Alfofa, servindo de um lado as propriedades de Francisco Carneiro e de Francisco de Matos e do outro os Paços da Rainha e as casas de João da Fonseca.

4.º) Braamcamp localiza no seu trabalho e na planta que o acompanha as casas que D. Manuel mandou derrubar *aaporta daalfoufa pera ficarem enterreyro as casas da Raynha minha Sñora Irmaã*⁽⁵¹⁾ no terreno fronteiro ao convento de Santo Elói, isto é, a nascente dos Paços, porque — escreve o historiador — «ao Norte tinha os Paços a rua da Amargura, ao Sul a de Jerusalém, ao Poente as casas de Simão da Fonseca». Verificado já que esta propriedade se situava ao Norte dos Paços da Rainha e a inexistência daquelas duas artérias, porque não localizar as casas mandadas demolir por D. Manuel onde, de facto, no documento vêm citadas — às portas da Alfofa e portanto a Poente do palácio de D. Leonor? A ficarem do lado oposto não estariam referenciadas no documento como casas a Santo Elói ou a S. Bartolomeu?

O escritor Mário de Sampaio Ribeiro, em dois artigos que escreveu no jornal «A Voz» em 1938 ⁽⁵²⁾ sobre os Paços de Santo Elói, refutou já a asserção do autor da *Crítica e História*. Escreveu o ilustre historiador: «Braamcamp conjecturou-as (as casas mandadas derrubar por D. Manuel) situadas ao nascente do quadrilátero que a planta mostra ao norte da rua de Jerusalém. E sangrando-se em saúde, antecipou-se a responder a quem estranhasse a distância, que ia desse ponto à porta da cerca moura, dizendo que a porta da Alfofa era designação lata, quase de bairro». E mais adiante escreve: «Outro facto, porém, invalida a hipótese do insigne investigador — é que pelo lugar onde ele localizou as tais casas mandadas arrasar, corria certa rua que ia da portaria dos Lóios para o adro de S. Bartolomeu». E Mário de Sampaio Ribeiro conclui: «Por conseguinte,

⁽⁵⁰⁾ *Elementos*, vol. I, pág. 561.

⁽⁵¹⁾ *Chanc. de D. Manuel*, Livro IV, fl. 31, e *Livro I da Extrem.*, fl. 251.

⁽⁵²⁾ *Suplemento Bazar*, de 23 de Setembro e 7 de Outubro de 1938.

as casas mandadas demolir por el-Rei D. Manuel deviam ser próximas das portas da Alfofa e em seu lugar deve ter surgido o terreiro que ficava ao Poente do quadrilátero tantas vezes citado».

Podemos ainda corroborar a afirmação de Sampaio Ribeiro, que defendemos em absoluto, lembrando que pelo documento da venda dos Paços por D. Sebastião se verifica que estes confrontavam a nascente com *travessas que vão pera o mosteiro de São eloyo e igreja de saõ bertolameu*. Se as casas mandadas derrubar por D. Manuel se situassem nesse lado dos Paços teria aí ficado um terreiro e nunca *travessas*.

5.º) Na verba do testamento de D. Leonor, já citada, lê-se: *mando que todas as outras casas que mandei comprar, que estão em redor das casas sobre-ditas em que vivo em Lisboa, assim como são as que estão de baixo do eirado e as que estão de sob a Casa de Jerusalem, com todas as outras que estão ao longo da rua que vai para onde vive João da Fonseca e as em que vivia Gil Vicente que estão da outra parte, todas se vendam, etc.*

Localizadas já as casas de João da Fonseca e provado, portanto, que a tal rua que vai para onde vive João da Fonseca era muito simplesmente a rua das portas da Alfofa, temos que as casas onde vivera Gil Vicente — com toda a verosimilhança o fundador do teatro português, o célebre ourives trovador, dada a protecção que recebera da insigne Rainha, para quem compusera algumas das suas melhores *Farsas* (53) — ficavam a nascente dos Paços de D. Leonor. Da *outra parte* significa, quanto a nós (e nisto lamentamos estar em desacordo com o investigador Mário de Sampaio Ribeiro, que as coloca no lado esquerdo, de quem subisse, da rua das portas da Alfofa, onde sabemos ter existido a propriedade de Pero da Alcáçova) do outro lado dos Paços. Pois não se referia D. Leonor às casas que estavam em redor das casas que habitava? Não só se poderiam vender as que ficavam de baixo do eirado e as inferiores à Casa de Jerusalém como ainda as da rua das portas da Alfofa e as da outra parte do palácio, isto é, as que caíam, talvez, sobre a rua das Penitentes até onde já vimos chegava a propriedade de D. Leonor, ou um pouco mais para Sul as que ficavam em frente do hospital de S. Eutrópio. Neste ponto, porém, só a fantasia impera, por mais deduções que se possa extrair da citada verba do documento da Rainha.

Algumas das casas que D. Leonor adquiriu, a nascente dos seus Paços, teriam sido as doadas por D. João I a João Esteves, segundo se lê num dos livros da sua Chancelaria? (54). Estas confrontavam com o adro de S. Bartolomeu e com o adro de Santo Elói e ainda com Fernão Gonçalves e rua Pública. Não nos dando o documento a orientação destas confrontações, julgamos não errar localizando-as a Oriente dos Paços.

6.º) É para nós, repetimos, ao contrário do que escreveu o genealogista dos

(53) Gil Vicente estivera até 1521 ao serviço da Rainha D. Leonor. Neste ano passou a servir D. João III. Nos Paços de Santo Elói terá o fundador do Teatro Português representado (1515) o *Auto da Fama*?

(54) Livro I, fl. 12.

Brazões da Sala de Sintra, absolutamente um facto a não existência nos primeiros decénios do século XVI — época à qual nos reportamos ao localizar os Paços de Santo Elói — das ruas de Jerusalém e da Amargura. Existiria, sim, repetimos, por onde mais tarde haveria de discorrer a rua de Jerusalém, uma estreita passagem em arcaria (talvez) sob as casas anexas aos Paços de D. Leonor e que estabelecia a comunicação das Portas da Alfofa com os dois templos vizinhos. Da existência de qualquer passagem onde depois se rasgou a rua da Amargura não colhemos até hoje notícia alguma.

Braamcamp refere-se também a que «as casas de Antão de Faria em 1511 não chegavam até à rua de Jerusalém». Seguro como estava o historiador da existência desta artéria, por que afirmou que a propriedade dos Farias não chegava até ela? O facto de entestar *com casas da Rainha D. Leonor da banda do Norte* prova unicamente que as duas propriedades eram místicas. Que o tal passadiço (portanto as casas superiores à passagem) pertencia às casas de D. Leonor está mais que demonstrado, mas isto não prova, porém, que a Poente o edifício de Antão de Faria não atingisse a estreita comunicação. Pelo contrário, da leitura do documento extraímos mesmo a ilação de que a propriedade atingia essa limitada artéria: *e vai partindo com ela* (casas de D. Leonor) — lê-se nas confrontações — *e toma a dita rua que vai por baixo do arco*. Braamcamp dá-nos esta rua como a antecessora da *rua do Arco do Mira*, e quanto a nós ela seria a artéria que discorria sob o passadiço dos Paços de D. Leonor. Não será assim? Como admitir que uma rua (a designação é pomposa demais para uma simples passagem), que ficava entre e sob uma propriedade, fosse mencionada como linha de confrontação da mesma?

Essa tal artéria — *rua que vai por debaixo do arco* — obliquaria antes de chegar às portas de Alfofa para Sul e, então, passaria sobre outro arco — este c que mais tarde se designou por arco do Mira.

Refere-se depois o mesmo investigador, baseando-se em documentos que compulsou no cartório da Casa Alcáçovas, que Francisco de Faria, II do nome, «comprara em 1638 umas casas na travessa *que vai para Santo Elói*, a qual era a referida rua; e, finalmente, que uma neta de Francisco, D. Joana Micaela de Meneses, adquirira mais duas casas junto às grandes e as unira ao morgado da sua família. Foi depois destas aquisições que o prédio alcançou pelo Norte a confrontação com a rua de Jerusalém».

As casas adquiridas pelos descendentes de Antão de Faria ficavam situadas, pois, ao norte da setecentista rua de Jerusalém e, portanto, no tal *monturo* de que nos fala o tempo pombalino⁽⁵⁵⁾.

(55) O prédio que hoje se ergue na esquina da rua Bartolomeu de Gusmão para o largo dos Lóios foi construído em parte sobre terreno que pertencera à família dos Miras, proprietária do palácio que fora de Antão de Faria, o que prova a asserção feita de que no terreno que se estendia para além da rua de Jerusalém existiam as tais casas compradas pelos descendentes do camareiro de D. João II (*A freguesia de Santiago*, vol. II).



Qual a extensão dos Paços de D. Leonor? Onde, na topografia de hoje, os podemos localizar? É difícil, impossível mesmo, determinarmos com precisão o espaço que eles ocupavam. Baseados no documento da venda da propriedade pode-se unicamente afirmar onde, de facto, os Paços se erguiam; e pela citação que encontramos no *Livro de Lançamento e Serviço*, etc., às casas do Bispo D. Jaime prova-se que a residência da viúva de D. João II e as casas anexas ao palácio se estendiam muito para além da setecentista rua da Amargura.

Que as casas de D. Leonor não se podiam circunscrever ao acanhado espaço de terreno, limitado mais tarde pelas ruas de Jerusalém e da Amargura, verificará quem constatar as suas medições. Compreensível é, assim, que elas se estendessem para além do adro de S. Bartolomeu até — como o atesta o *Livro de Lançamento e Serviço*, etc. — à *rua das Penitentes*. Temos, pois, segundo a nossa conjectura, que os Paços eram limitados a Sul pelas casas de Antão de Faria e pelo convento dos Lóios, para o qual deitariam, decerto, as casas onde, em 1500, habitou o duque de Bragança; do lado Norte confrontavam com a propriedade de João da Fonseca, talvez a meio da actual rua Bartolomeu de Gusmão; do Nascente caíam sobre as travessas que ficavam fronteiras aos dois templos e limitariam possivelmente o edificio do hospital de S. Eutrópio — estendendo-se até à rua das Penitentes, que ficava situada por detrás da igreja de S. Bartolomeu; do Poente confrontavam com a rua das Portas da Alfofa, que discorria sensivelmente no leito da actual rua de Bartolomeu de Gusmão.

E como podiam os Paços da Rainha, que Frei Fernando da Soledade⁽⁵⁶⁾ nos diz serem *nobres e grandes*, estar situados em tão mesquinho quadrilátero? Como poderiam servir para a fábrica de um mosteiro? Pois não nos diz, além deste cronista, Frei Jerónimo de Belém⁽⁵⁷⁾ que neles intentou a piedosa Soberana fundar o mosteiro das freiras de Santa Clara?



Depois da venda da propriedade a D. Luís de Lencastre perdem-se as referências aos Paços de D. Leonor.

Pelo documento da venda da propriedade sabe-se que já em 1569 esta se estava *de todo perdendo e danificando*. E, pergunta-se: teria D. Luís de Lencastre mandado restaurá-la? Não teria antes começado a alugar casa por casa? É esta segunda hipótese a que se nos antolha mais admissível. E a razão é simples. Em 1677 — um século volvido — um pavoroso incêndio devorou perto das Portas da Alfofa — no mesmo local onde se erguera parte dos Paços da Rainha — uma *ilha de casas*⁽⁵⁸⁾, edificios certamente, quanto a nós, restos das

(56) *História Seráfica*, tomo IV, pág. 65.

(57) *Crónica Seráfica*, tomo III, pág. 2.

(58) *Livro IV de cons. e dec. do príncipe D. Pedro*, fl. 441.

dependências do Palácio de D. Leonor. Pertenciam então ao Deão de Lamego, D. Domingos de Andrade Leitão, que os adquirira em 1659⁽⁵⁹⁾. Residia nessas casas quando o incêndio as incinerou o Dr. Belchior do Rego Andrade. Alguns anos antes, em 1638, haviam sido vendidas neste mesmo local, do lado oposto, talvez, umas outras casas. Como já dissemos, foram adquiridas por Francisco de Faria.

Exígua era a passagem entre as Portas da Alfafa e o Convento dos Lóios, como restrito era ainda o terreiro que ficava fronteiro aos dois templos vizinhos mesmo já depois da demolição do vetusto hospital de S. Eutrópio. Aproveitando-se dos efeitos do incêndio de 1677 logo os frades lóios solicitaram do senado da Câmara a demolição das ruínas e, assim, o alargamento do largo fronteiro ao convento, que *tivera sempre o desconforto do aperto e dificuldade de serventias o que resulta mais um prejuizo da nobresa que dos mesmos frades, porque ainda os seus prelados não andam mais que nas mulas para o que as ruas têm capacidade* (60).

Esta obra — abrir *defronte do convento uma praça capaz de receber sem embaraços coches e liteiras* — nunca se chegou a efectuar. No ano do terremoto grande ainda existiam vestígios da tal *ilha de casas*; todo o local compreendido entre as ruas da Amargura — que não sabemos quando teria sido aberta — e a rua de Jerusalém, estava transformado num *monturo*.

Temos, assim, como o leitor já decerto constatou, parte do terreno onde assentaram os Paços de D. Leonor abandonado durante setenta e oito anos.

Nada mais se sabe; mas esta verdade sòmente, de se saber onde viveu e entregou a sua alma a Deus a mais extraordinária figura de mulher da história pátria, nos enche de orgulho — pois de algum modo contribuimos para aclarar um pouco este decantado problema dos paços de Santo Elói.



Para alguns escritores — e entre eles figura em primeiro plano o douto olisipógrafo Júlio de Castilho — o paço de S. Bartolomeu não era outro senão o de Santo Elói. Pelas deduções que extraímos da documentação consultada ao estudarmos os paços da excelsa fundadora das Misericórdias inclinamo-nos para hipótese contrária. Os paços onde viveu D. Dinis não eram as casas que, nos primeiros reinados da dinastia de Avis, entraram por compra a D. Pedro de Meneses nos bens da Coroa. Não temos, é certo, documentação que comprove a nossa afirmação. Baseamo-nos unicamente em meras conjecturas; mas estas escudadas, no entanto, em várias citações de documentos e crónicas.

O primeiro argumento — e para nós convincente — é o facto de se saber que nos Paços de D. Dinis existiu um passadiço para a paróquia de S. Bartolomeu.

(59) *Index dos Tabeliães, etc.*, tomo III, pág. 7.

(60) *Livro IV de cons. e dec. do príncipe D. Pedro*, fl. 441.

Bem sabemos que a informação nos não é dada por qualquer documento ou cronista coevo, mas sim nos surge em escritores de setecentos. Era então, quando Baptista de Castro e Frei Agostinho de Santa Maria escreveram as suas obras, pelo menos tradição que da igreja de S. Bartolomeu partia em direcção à residência do Rei Lavrador uma passagem para que este monarca pudesse assistir no mesmo templo aos officios divinos. João Baptista de Castro legou-nos esta informação preciosa ⁽⁶¹⁾: Foi a igreja de S. Bartolomeu *capella Real d'el-rei D. Deniz quando vivia no palacio fronteiro da igreja para a qual tinha passadiço e tribuna*. Por sua vez o autor do *Santuário Mariano* ⁽⁶²⁾, baseando-se na tradição então corrente, escreve: *É esta egreja (de S. Bartolomeu) muito antiga, e consta que foi Capella Real no reinado d'el-Rei D. Deniz, que começou a reinar no anno de 1279; e o seu palácio eram as casas que lhe ficavam fronteiras, que depois vieram, por compra ou por mercê, aos Machados das Laranjeiras de quem são ao presente (1721)*. E mais categórico acrescenta: *Tinha este palacio passadiço para a egreja de S. Bartholomeu, com tribuna, aonde os Reis iam ouvir missa, como ainda ao presente se está vendo de alguns vestígios, que se reconhecem na parede da torre dos sinos*.

Se cotejarmos estas informações com a topografia do local e a situação da igreja de S. Bartolomeu verifica-se que os Paços de D. Dinis se deviam situar a norte do templo. Para esta hipótese — pois que outro não pode ser o nosso objectivo — concluímos que o templo reconstruído em 1707 ⁽⁶³⁾ não alterou a sua anterior implantação e que esta (e isto pode ainda verificar-se na planta de Bráunio) seria ainda a mesma dos tempos de D. Dinis. Voltada, assim, a igreja para Poente e tendo a torre sineira do lado Norte estariam, como é natural, deste lado os Paços do nosso Rei Trovador. Inverosímil é quanto a nós a hipótese de esta igreja — *com larga vista da Barra á fora e situada no mais iminente sitio da cidade de Lisboa*, no dizer dos dois cronistas já citados — ter tido algum dia ligação com o palácio que, mais tarde, D. Leonor de Lencastre habitou.

Vejamos agora a escassa documentação existente sobre os Paços e casas que, perto do templo, pertenceram ao Bolonhês e a seu Filho.

Num dos livros da chancelaria de D. Dinis ⁽⁶⁴⁾ consta a doação feita, em 1317, por este monarca de umas casas na freguesia de S. Bartolomeu (que haviam sido de Vicente Martins e onde, ao tempo, morava João Simão) a seu neto D. João Afonso. Baseado decerto neste documento, o autor da *Monarquia Lusitana* ⁽⁶⁵⁾ ao rememorar as desavenças entre o filho de D. Dinis, mais tarde o rei D. Afonso IV, e seu irmão D. Afonso Sanches, escreve: *Tratou-se a paz; e de hũa e outra parte se firmou o contrato. E ainda que nossos Cronistas não espe-*

⁽⁶¹⁾ *Mapa de Portugal*, tomo III, pág. 375.

⁽⁶²⁾ Tomo VII, pág. 136.

⁽⁶³⁾ *Mapa de Portugal e Santuário Mariano*, vols. e págs. cit.

⁽⁶⁴⁾ Livro III, fl. 113 v. Vem copiado na íntegra no vol. XI da *Lisboa Antiga*, pág. 285 da 2.^a edição.

⁽⁶⁵⁾ Livro III, fl. 252.

cificação as condiçoens do pacto, he certo que foy com o Infante ficar restituído em todos os tres patrimoniaes, de que fôra despojado. Fundo a affirmativa, em que supposto que o Infante D. Affonso Sanches ficou em Albuquerque e viveu em Castella; seu filho D. João Affôso de Albuquerque veyo logo viver a Lisboa, possuindo no Reyno os bês de seu Pay e entre elles os Paços Reays que elRey D. Deniz lhe doou no destrito Parrochial de S. Bertholomeu, anno de 1317, em q̄ sempre viveu.

Que prova o documento da chancelaria de D. Dinis e a notícia da *Monarquia Lusitana*? Únicamente que o *Lavrador* era proprietário de umas casas em S. Bartolomeu e que as doara a seu neto. Nada mais.

Tem-se pretendido afirmar — sem qualquer documentação que o comprove — de que os Paços foram fundados por D. Afonso III, talvez pelo facto de ter sido no reinado deste soberano que a corte se estabeleceu em Lisboa, alcantilando-se esta cidade à categoria justificadíssima de cabeça do reino. Quanto a nós, porém, D. Afonso III deveria ter fixado, depois de haver abandonado Coimbra, a sua residência efectiva na vetusta Alcáçova. Isto, claro está, não desfez a possibilidade de D. Afonso III possuir outras casas em Lisboa onde, por vezes, residisse. E tinha-as, como vamos provar com o seguinte documento ⁽⁶⁶⁾ que D. Afonso III firmou uns anos antes da sua morte:

Carta dũas casas que El Rey
deu a Maestre domĩgos das
antas as quaes som en Lix-
bõa na freguisia de sã
Bartholameu

Conhuçada cousa seia a todos aqueles que esta carta uirẽ e ouuirẽ. que eu don Affonso pela graça de deus. Rey de Portugal e do Algarue. e ensembra cũ nha molher. Raya donna Beatriz. filha do muy nobre Rey don Affonso de Castela. e de Leõ. e cõ meus filhos. Infantes don Denis. e don Affonso e donna Branca. e donna Sancha do e doo e outorgo pera todo sempre. a Maestre Domĩgos dicto das Antas meu fisico por muyto seruiço que mi fez. as mhas Casas que eu cõparei de Domĩgos piriz meu clerigo. as quaes casas som. em Lixbõa e na freguesia de san Bertholameu Dou a ele e a sseus sucessores as dictas Casas pera todo sempre cõ todo o dereyto e cõ todo o ssenhorio. que eu en elas ei. e de dereyto deuo a auer cõ todos seus dereytos. e cõ todas ssas perteenças. e que ele e seus sucessores aiã pera todo sempre as dictas casas. e que as uendam e dõem e façã delas que quer que a eles prouguer pera todo sempre. Das quaes casas as diuisiones estas som. a Ouriête como parte cõ no adro de san Bertholomeu. a Aguyõ como parte pela rrua publica a Ouciente como parte cõ Pedro durães e cõ ssa molher. e cõ Pedro fernandiz e cõ ssa molher. e da outra parte como parte pela rrua publica.

⁽⁶⁶⁾ *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I, fl. 161.

e cõ Sueyro alão e cõ ssa molher. Esse pela uêtura alguus de meus filhos ou todos quiserẽ uijr contra esta mha doaçom. ou algũus dessa geeracõ. aiã a mha maldiçõ. e nõ lhis ualha sa demanda. e toda uia fique esta mha doaçom por firme. e ualha. En testemoyo destas cousas dei ende esta mha Carta de meu seelo pendiente seelada, ao dicto Maestre Domigos pera todo sempre. pera si. e pera seus successores. Dada en Lixbõa quatorze dias de janeyro. El rey o mandou per Maestro Pedro seu fisico. Martim domíguiz a fez na Era M^a CCC^a x^a vij^a.

Teria sido nestas casas que residia D. Afonso III quando, três dias depois, escreveu um documento, de que nos fala a *Monarquia Lusitana* ⁽⁶⁷⁾, onde se lê: *nas casas do Rei em Lisboa?* Seriam estas casas a própria Alcáçova? E porque não nas suas casas que tinha junto à Alcáçova, no Chão da Feira, onde já então se realizava o mercado franco da cidade ⁽⁶⁸⁾, casas que pertenceram depois a seu filho D. Dinis? ⁽⁶⁹⁾.



Onde se finou em Lisboa D. Afonso III? Onde nasceu D. Dinis? Nestes Paços de S. Bartolomeu? Impossível é encarar-se mesmo qualquer hipótese. Em casos destes não se architectam conjecturas; prova-se. Como Fustel de Coulanges podemos perguntar: Há algum texto, algum documento que o comprove? Não; e escasseando a mais pequena prova, a base onde nos possamos escudar, inquiramos de novo: onde faleceu D. Afonso III? Onde viu pela primeira vez a luz do dia o nosso rei-poeta, o cultíssimo e grande monarca D. Dinis?

Quanto a nós, os Paços de S. Bartolomeu foram por este Rei habitados quando, ainda Infante, seu Pai, sendo já *velho de setenta anos*, lhe deu *caza em Lisboa* — segundo nos diz Rui de Pina ⁽⁷⁰⁾.



E no campo das conjecturas prossigamos ainda.

Da chancelaria de D. João I ⁽⁷¹⁾ consta o seguinte documento:

Casas em lixboa que foram
de dona betaça que ora
som da condesa dona guio-
mar.

Dom joham etc A uos diego airas nosso contador e a outros quaaes quer que esto ouuerom de uer saude sabede que a condesa dona guiomar nos disse

⁽⁶⁷⁾ Tomo IV, pág. 498.

⁽⁶⁸⁾ *Livro dos Pregos*, fl. 58.

⁽⁶⁹⁾ Chancelaria de D. Dinis, Livro III, fl. 140 v.; idem, Livro IV, fl. 86.

⁽⁷⁰⁾ *Cronica de el-Rei D. Afonso III*, cap. XVI.

⁽⁷¹⁾ *Livro II*, fl. 130.

que nos a mãdamos constranger e demandar per razam de hūas casas que ella ha na cidade de lixboa com seu virgeu que som na freguesia de santiago porque diziamos que as achaua destitullados nos liuros dos contos que foram de dona betaça e que as trouuera lopo ferrnandez e dona maria ē tempo dos outros reis que ante nos foram E a dicta condesa mostrou perante nos hūa carta per que se mostraua que os testamēteiros de dona betaça fizeram uenda das dictas casas ao dicto lopo ferrnandez passava de L^{ta} (cinquenta) annos. E que per virtude da dicta compra elle e seus antecessores estauam e estam em posse das dictas casas des o tempo da dicta compra ataa E pedionos por mercee que lhe desemos nossa carta pera por ello ha nom auerdes de constranger.

E Nos veendo o que nos assy dizia e pedia vista a carta da dicta compra porquanto achamos que nos nom avemos em ellas djreito nehū Teemos por bem e mandamos uos que a nom estrangades nem mandedes constrāger em nehūa guisa que seia por as dictas casas e virgen E em caso que nos em ellas algūo djreito aiamos por mujto serujço que della recebemos e entendemos de receber mais ao diante nos lhe fazemos del graça e mercee e nom lhe ponhades ē esto outro nehūo embargo em nhūa maneira. omde al nom façades dante em lixboa dous dias de setembro el rrey o mandou per aluaro gonçallvez e martim da maya seus uasallos e ueedores da sua fazenda lujs afomso a fez era de mjl üijc xxx üij annos.

Quem era esta condessa D. Guiomar? Decerto D. Guiomar de Vila Lobos, mulher do 1.º conde de Ourém D. João Afonso Telo. Diz-nos Braamcamp ⁽⁷²⁾ que em vários documentos a condessa de Ourém vem sempre mencionada, como no que transcrevemos, por condessa D. Guiomar. Daqui o concluirmos que as casas de S. Bartolomeu pertenciam a D. Guiomar de Vila Lobos.

E não será esta propriedade a que D. Dinis doou a seu neto? O facto de neste documento se mencionar a freguesia de Santiago e não a de S. Bartolomeu não desfaz a nossa suposição. Estas duas freguesias eram limítrofes e os seus limites tocavam-se precisamente no local onde presumimos se erguiam os Paços de D. Dinis.

Como teria chegado, porém (a admitir-se a hipótese que formulamos) a propriedade à posse de D. Betaca? Por venda feita por D. João Afonso, neto do rei trovador, ou por qualquer dos seus descendentes ⁽⁷³⁾? Na posse, depois, de D. Guiomar a propriedade vem a incorporar-se nos bens da casa de Bragança por transmissão de D. Nuno Álvares Pereira (a quem foram doados os bens do 2.º conde de Ourém) a sua filha D. Beatriz, mulher do 1.º Duque de Bragança.

É esta conclusão que nos leva a admitir que os Paços de S. Bartolomeu, ou mais verosimilmente as casas que D. Dinis doara a seu neto, fossem as que D. Sebastião cedera, àilharga do templo de S. Bartolomeu, às freiras do

⁽⁷²⁾ *Brazões da Sala de Sintra*, Livro III, pág. 243.

⁽⁷³⁾ Em 1501, a viúva de Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor, quarto neto de D. João Afonso, residia na rua das Portas da Alfafa nas casas que foram de Pero de Alcáçova (*Critica e História*, pág. 323).

Mosteiro das Penitentes: *Eu el-Rey faço saber... que eu ey por bem e me praz de fazer como de feyto faço doaçam e mercê por esmola a priorosa e freiras do mosteiro das pynytêtes desta cidade de lizboa das casas que forã da duquesa de bragança mynha tia que deus aja que estam junto da Igreja de sam bertolomeu, etc.* (74).

Foi neste edificio que em 1566 o Cardeal Infante D. Henrique fundou o Seminário Arqui-Episcopal de St.^a Catarina (75) que foi extinto no ano de 1741.



Depois de lidas as deduções a que nos levaram os documentos que atrás transcrevemos poder-se-á perguntar: — A aceitar-se esta conjectura, como admitir que no tempo em que Frei Agostinho de Santa Maria escrevia o *Santuário Mariano* fosse ainda tradição que os Paços de S. Bartolomeu eram as casas fronteiras à igreja e pertenciam aos Machados das Laranjeiras? É plenamente admissível. Os Paços não se limitariam decerto ao prédio que mais tarde veio a pertencer à Casa de Bragança. Ele estender-se-ia, quanto a nós, até junto da igreja, como se depreende da localização das casas que D. Afonso III legou a Domingos das Antas.

Não será assim?

Que os Paços de D. Dinis eram independentes dos de D. Leonor é ponto para nós assente a admitirmos, como um facto, a existência de um passadiço da pousada do Lavrador ao templo de S. Bartolomeu.

O assunto, porém, não fica esclarecido. Que novos documentos surjam para que outras hipóteses e conjecturas mais aceitáveis se ofereçam à curiosidade dos estudiosos e uma luz mais clara ilumine este decantado problema olisiponense.

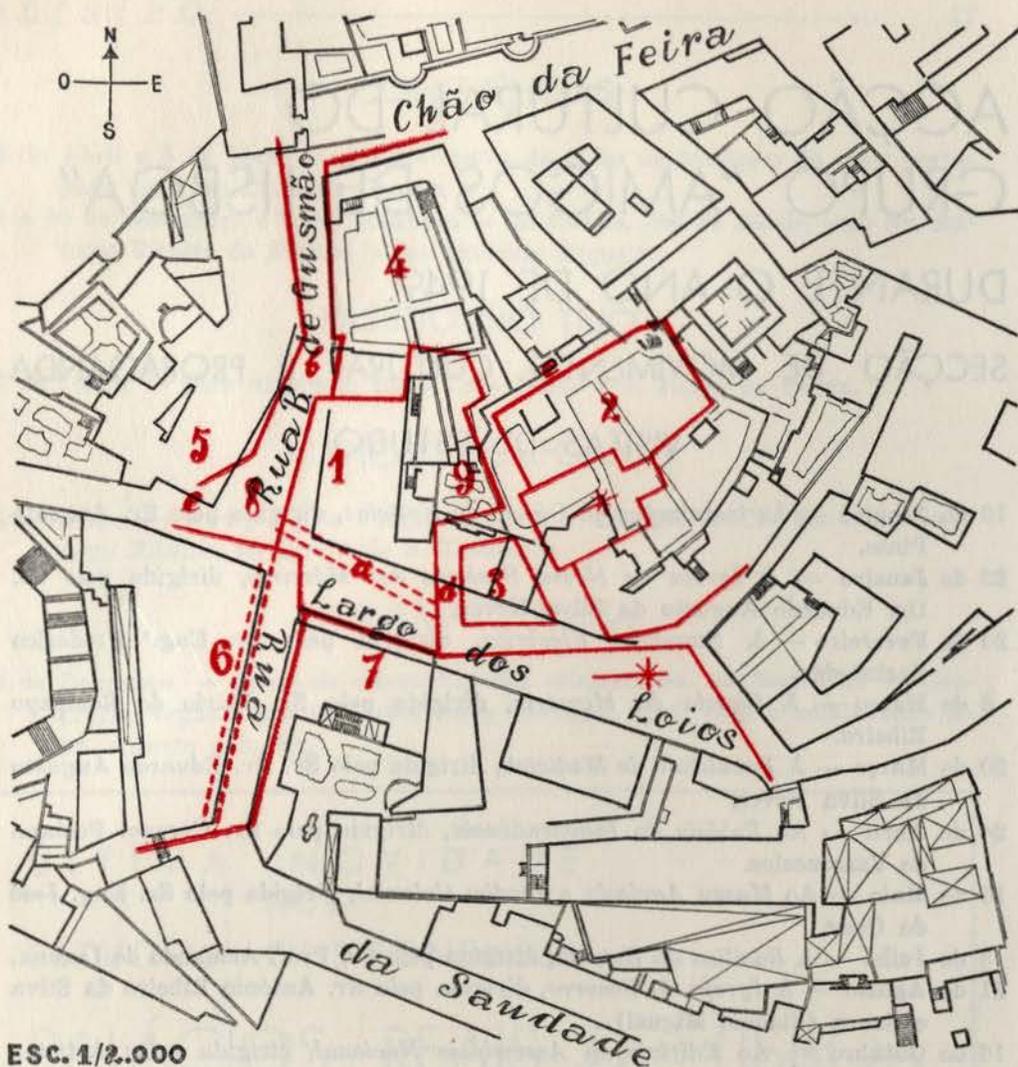
A pergunta de novo aqui fica:

Onde se ergueram os Paços de S. Bartolomeu?

(74) *Chancelaria de D. Sebastião*, Livro IX, fl. 391. Este documento já foi por nós transcrito no vol. II da *Freguesia de Santiago*.

(75) Códice n.º 145 do F. G. da Bibl. Nac. de Lisboa.

PLANTA CONJECTURAL DA LOCALIZAÇÃO DOS PAÇOS DE S. BARTOLOMEU E DE SANTO ELÓI



ESC. 1/2.000

A planta a traço preto é a da cidade actual; a traço vermelho a presumível topografia do local nos fins do século XVI e princípios do século XVII

LEGENDA

- 1 — Paços de Santo Elói (da Rainha D. Leonor)
 - 2 — Paços de S. Bartolomeu
 - 3 — Hospital de Santo Eutrópio
 - 4 — Casas de Simão da Fonseca que depois foram de João da Fonseca
 - 5 — Casas de Pero da Alcáçova e depois de Francisco Carneiro
 - 6 — Casas de Antão de Faria
 - 7 — Convento de Santo Elói
 - 8 — Local das casas mandadas derrubar por D. Manuel
 - 9 — Local das casas onde presumivelmente viveu Gil Vicente
- a) — Rua em meio, mais tarde a rua que ia da portaria dos Lóios para as Portas da Alfalfa e depois a rua de Jerusalém.
 - b) — Rua que vai da porta da Alfalfa para as casas de Antão de Faria ou rua que vai para onde vive João da Fonseca, depois a rua das portas da Alfalfa.
 - c) — Rua das Penitentes.
 - d) — Travessa de Santo Elói.
 - e) — Portas da Alfalfa.

ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

DURANTE O ANO DE 1949

SECÇÃO DE MOVIMENTO CULTURAL E PROPAGANDA

VISITAS DE ESTUDO

- 16 de Janeiro — Às instalações do *Diário de Notícias*, dirigida pelo Sr. Augusto Pinto.
- 23 de Janeiro — À *Igreja de Nossa Senhora dos Mártires*, dirigida pelo Sr. Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves.
- 20 de Fevereiro — À *Standard Eléctrica*, dirigida pelo Sr. Eng.º Frederico Sacksteder.
- 6 de Março — À *Capela da Memória*, dirigida pelo Sr. Mário de Sampaio Ribeiro.
- 20 de Março — À *Faculdade de Medicina*, dirigida pelo Sr. Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves.
- 24 de Abril — Ao *Palácio da Independência*, dirigida pelo Sr. Coronel Pestana de Vasconcelos.
- 15 de Maio — Ao *Museu Agrícola e Jardim Colonial*, dirigida pelo Sr. Eng. José de Orey.
- 3 de Julho — À *Basílica da Estrela*, dirigida pelo Sr. Prof. Armando de Lucena.
- 21 de Agosto — À *Igreja do Socorro*, dirigida pelo Sr. António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel).
- 16 de Outubro — Ao *Edifício da Assembleia Nacional*, dirigida pelos Artistas Srs. Martins Barata e Domingos Rebelo.
- 6 de Novembro — de manhã, ao paquete *Moçambique*, dirigida pelo Sr. Dr. José Gonçalves, e de tarde, às instalações da *Companhia Carris de Ferro de Lisboa*, sob a direcção de funcionários superiores da Carris.
- 10 de Dezembro — A uma exposição de óleos e aguarelas sobre motivos de Lisboa e arredores, no *Instituto Britânico em Portugal*.
- 18 de Dezembro — Ao *Ginásio Clube Português*, dirigida pelo Sr. Dr. José Pontes.

COMO CONHECER OS ESTILOS

Curso em sete lições pelo Sr. Prof. Armando de Lucena, respectivamente em 9, 17, 23 e 30 de Março e 6, 13 e 20 de Abril.

CONFERÊNCIAS

- 28 de Abril e 5 de Maio — *A Casa-centro de todas as tradições do povo português*, pelo Sr. Dr. Luís Chaves.
23 e 30 de Novembro e 7 de Dezembro — *S. Carlos, fim de século*, pelo Sr. António Ribeiro da Silva e Sousa (Sidónio Miguel).

PASSEIO NO TEJO

- 12 de Junho — Com itinerário entre Cabo Ruivo e S. Julião da Barra.

AUDIÇÃO POLIFÓNICA

- 18 de Junho — Audição pela *Polyphonia*, sob a direcção do Sr. Mário de Sampayo Ribeiro, na Igreja de S. Domingos.

CINEMATOGRAFIA

- 3 de Dezembro — *Serão de cinematografia olisiponense*, na Sociedade de Geografia, organização da *Pathé Baby Portugal, Ltd.*, com a colaboração do Sr. Alberto Schmidt.

ÚLTIMA NOVIDADE
NOS

ESTUDOS OLISIPONENSES

PALÁCIOS REAIS DE LISBOA

(OS DOIS PAÇOS DE XABREGAS,
O DE S. BARTOLOMEU E O DA ALÇAÇOVA)

POR

FERREIRA DE ANDRADE

MUITO ILUSTRADO — TIRAGEM LIMITADA

PREÇO DE CAPA 50\$00 — PARA OS SÓCIOS 45\$00

COMPANHIA

DE

DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
com o capital de Esc. 179.300.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes na Colónia
de ANGOLA em regime de exclusivo

SEDE SOCIAL:

LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. DIAMANG

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cor. António Lopes Mateus

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

Mr. Firmin Van Brée

VICE - PRESIDENTE

Banco Burnay

ADMINISTRADOR - DELEGADO

Com. Ernesto de Vilhena

Direcção Geral na Lunda

Director geral

José Tavares Paulo

Representação em Luanda

Representante

Cap. Mário Augusto da Costa

COMPANHIA ALCOBIA Fornecedores dos melhores e mais lindos mobiliários

Cómodas de estilo — Porcelanas de Saxe — Espelhos de Veneza — Candeeiros de cristal, de ferro forjado e de madeira — Tapeçarias — Marquisesettes e voiles suíços
— Carpets de lã —

COMPANHIA ALCOBIA R. Ivens, 14 (esquina da R. Capelo)
— TELEFONE 26441 —

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

Capital realizado 80.000.000\$00
Fundos de reserva . . . 88.000.000\$00

SEDE EM LISBOA

Dependências urbanas:

Alcântara, Poço do Bispo, Conde Barão, Almirante Reis, Benfica, Praça do Brasil, Praça Duque de Saldanha, Praça do Chile e Graça.

Filiais:

Porto, Coimbra, Braga, Faro, Covilhã e Ponta Delgada.

Agências:

Torres Vedras, S. João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Gouveia, Estoril, Tortozendo, Abrantes, Mangualde, Figueiró dos Vinhos, Olhão, Matozinhos, Moura, Guarda, Espinho, Montijo, Vila Franca de Xira e Montemor-o-Novo.

==== **Todas as operações bancárias** ====

CIMENTO TEJO =====
===== **CANTARIAS — MÁRMORES**
ANTÓNIO MOREIRA RATO & F.ºs, L.ºa

Telefone 60879

Telegramas — RATOFILHOS

Avenida 24 de Julho, 54-5.
L I S B O A

Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

Estabelecimento Autónomo do Estado

SERVIÇOS ANEXOS { *Caixa Nacional de Previdência*
Caixa Nacional de Crédito

Telefones (P B X) 26181 a 26189



Depósitos à ordem e a prazo —
Empréstimos hipotecários e sobre
penhor de títulos — Operações de
Transferências e Cobranças — Em-
préstimos sobre penhor de ouro,
jóias e pratas pela Caixa de Crédito
Popular — Empréstimos Agrícolas e
Industriais pela Caixa Nacional de
Crédito

Agências e Delegações nas sedes de Concelho

Filiais em todas as sedes de Distrito

SOCIEDADE GERAL DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TRANSPORTES LISBOA

Agentes em Lisboa: COMPANHIA UNIÃO FABRIL (Secção Marítima)
Rua do Comércio, 39 — Telefone 30551

F R O T A

n/m AFRICA OCIDENTAL	1.504 T.	n/m COLARES	1.376 T.
n/m ALCOBAÇA	9.437 T.	n/m CONCEIÇÃO MARIA	2.974 T.
n/m ALCOUTIM	10.526 T.	n/m CORUCHE	1.376 T.
n/m ALENQUER	9.437 T.	n/v COSTEIRO	900 T.
n/m ALEXANDRE SILVA	3.110 T.	n/v COSTEIRO SEGUNDO	490 T.
n/v ALFERRAREDE	2.118 T.	n/m COSTEIRO TERCEIRO	1.426 T.
n/m ALMEIRIM	9.437 T.	n/m COVILHA	1.376 T.
n/v AMARANTE	12.595 T.	n/v CUNENE	9.800 T.
n/m AMBRIZETE	9.100 T.	n/v FOCA	2.018 T.
n/m ANDULO	9.100 T.	n/v INHAMBANE	9.619 T.
n/m ANTÓNIO CARLOS ...	2.974 T.	n/v LUSO	10.125 T.
n/m ARRAIOLOS	9.437 T.	n/v MARIA AMÉLIA	3.005 T.
n/m BELAS	7.110 T.	n/v MELLO	6.253 T.
n/m BORBA	7.145 T.	n/v MIRANDELLA	7.900 T.
n/m BRAGA	7.120 T.	n/m SÃO MACÁRIO	1.221 T.
n/m BRAGANÇA	7.110 T.	n/v SAUDADES	6.430 T.
n/m CARTAXO	1.376 T.	n/v SILVA GOUVEIA	1.353 T.
n/v ZÉ MANEL	1.220 T.		

TOTAL: 187.488 TONELADAS

REBOCADORES:

«ÁFRICA», «CINTRA», «ESTORIL»,
«FREIXO», «SÃO CRISTÓVAO»,
«SOURE»

LANCHAS A MOTOR:

«GAROTA», «BOLHÃO», «ÓBIDOS»,
«MAQUELA», «CAROCHA»

- 34. Batelões (19 de 500 T., 13 de 400 T. e 2 de 250 T.)
- 24 Fragatas (2.150 T.)
- 1 Barca de água (250 T.)
- 1 Draga «BARREIRO» com 5 Batelões de Dragadas com 80^m cada

EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.:

- 2 Navios de 3.600 T. e para 36 passageiros cada
- 2 Rebocadores de 1.200 T. cada

CARREIRAS DE LISBOA PARA:

NORTE DE EUROPA — NORTE DE ÁFRICA — CABO VERDE — GUINÉ —
ANGOLA — ARGENTINA — CHILE — ESTADOS UNIDOS — TERRA NOVA
— GROENLANDIA e COSTA DE PORTUGAL

IMPORTANTE:

A COMPANHIA QUE MAIS NAVIOS TEM AO SEU SERVIÇO
CONSTRUIDOS EM PORTUGAL NOS ESTALEIROS DA COM-
PANHIA UNIÃO FABRIL NO BARREIRO E EM LISBOA

Empresa Insulana de Navegação

Sede — Rua Nova do Almada, 11-1.º — LISBOA

Telefones: 2 3271/2/3 — Telegramas: BENS AÚDE — LISBOA

CARREIRAS REGULARES ENTRE
LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saídas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saídas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Pico (Cais), Faial, Corvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Corvo só se efectua nos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro, só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

A G E N T E S

EM LISBOA

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga e passagens de 3.ª classe
Avenida 24 de Julho, 2, 2.º
Telef. 2 0214/15

Passagens de 1.ª e 2.ª classes
Rua Augusta, 152
Telef. 2 0216

NO PORTO

SOCIEDADE GERAL DE REPRESENTAÇÕES, L.^{DA}

Na Madeira

BLANDY BROTHERS & C.^o, L.^{da}

Em S. Miguel

BENSAÚDE & C.^a, L.^{da}

FÁBRICA DE LOIÇA DE SACAVÉM, L.^{DA}

1850-1950
ANO CENTENÁRIO

TEL. P.B.X. **FAIANÇAS** TEL.
2 4958 DE LOIÇA
2 3902 **FANTASIA** LISBOA

E DE USO DOMÉSTICO
LOIÇA SANITÁRIA E
DE GREZ CERÁMICO
AZULEJOS-MOSAICOS

A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO

LISBOA

AV. DA LIBERDADE, 49 / 57

PORTO

R. CARMELITAS, 40
Tel. 2 2033

COIMBRA

R. DR. RODRIGUES, 33
Tel. 3546

Companhia Nacional de Navegação

A mais antiga e maior empresa armadora portuguesa
nas carreiras de África

Sede: Rua do Comércio, 85 — LISBOA

Sucursal:

Rua Infante D. Henrique, 73 — PORTO

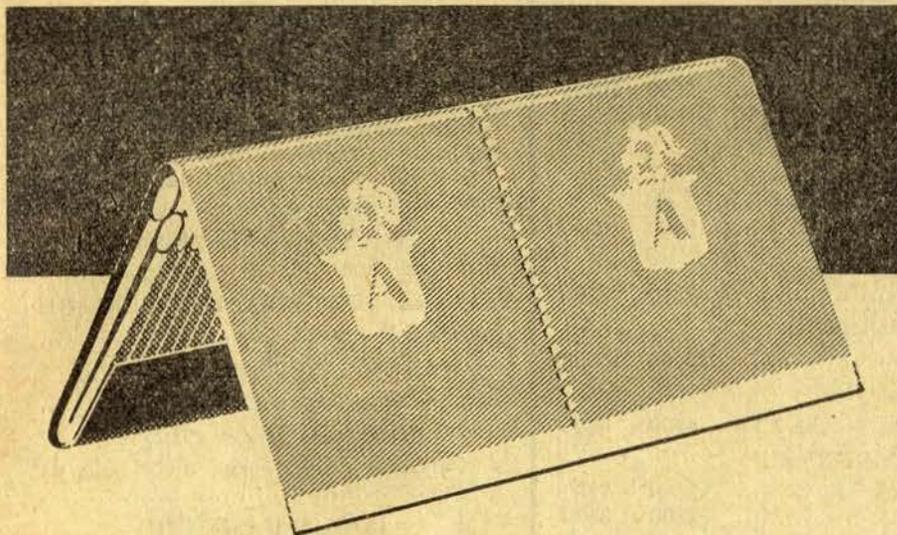
Serviço rápido de passageiros para
Oriental,

Brasil e América do Norte

FROTA DA C. N. N.

«Angola»	18.250	T n.
«Sofala»	12.500	»
«Moçamedes» n/m.	9.100	»
«Rovuma» n/m.	9.100	»
«S. Tomé» n/m.	9.100	»
«Niassa»	9.000	»
«Nova Lisboa»	8.800	»
«Cubango»	8.300	»
«Quanza»	6.500	»
«Lour. nco Marques»	6.400	»
«Cabo Verde»	6.200	»
«Congo»	5.000	»
«Nacala»	2.390	»
«Tagus»	1.600	»
«Chinde»	1.393	»
«Luabo»	1.385	»
«Inharrime»	1.000	»
«Save»	763	»

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICA-
NOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO



Já experimentou o novo fabrico dos fosforos
de carteira (capa verde, haste encarnada; marca
Monograma) ?

S o c i e d a d e N a c i o n a l d e F o s f o r o s

AMIGOS DE LISBOA

EDIÇÕES

	PREÇOS PARA	
	os sócios	o público
A cor de Lisboa	10\$00	12\$00
Lisboa de ontem e de hoje, do sr. Rocha Martins	8\$00	10\$00
Noite de evocação do Leão de Ouro	5\$00	7\$50
«Olisipo» n.º 3/8, 12/14, 16/17, 20/21, 23/24	4\$00	5\$00
«Olisipo» n.º 25/48	8\$00	10\$00
Urbanização de Lisboa	2\$00	3\$00

A. VIEIRA DA SILVA

A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças	5\$00	6\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	10\$00	12\$50
Os Paços dos Duques de Bragança	9\$00	10\$00

ALFREDO DA CUNHA

Olisipo, berço do periodismo português	4\$00	5\$00
--	-------	-------

ANTÓNIO DO COUTO

A Igreja do Menino de Deus	8\$00	10\$00
----------------------------------	-------	--------

ANTÓNIO R. DA SILVA E SOUSA

A Igreja e o sítio de Santo Estêvão ...	4\$00	5\$00
Bagatelas do tempo vário	4\$00	5\$00
O Campo de Santa Clara	4\$00	5\$00
Ronda e Silva de Lisboa velha	4\$00	5\$00

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett	4\$00	5\$00
--	-------	-------

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas	5\$00	7\$50
-------------------------------	-------	-------

JORDÃO DE FREITAS

O Paço Real de Alcântara	9\$00	10\$00
--------------------------------	-------	--------

JOSÉ SEBASTIÃO SALDANHA OLIVEIRA E DAUN

Relação histórica (resumida) das cavahadas no Torneio Real que se fez na Corte e cidade de Lisboa em 1795 ...	9\$00	10\$00
---	-------	--------

LUÍS MOITA

Ermida de Santo Amaro	7\$00	8\$00
-----------------------------	-------	-------

LUÍS PASTOR DE MACEDO

Ascendentes de Camilo	12\$00	15\$00
-----------------------------	--------	--------

LUÍS TEIXEIRA

O «Diário de Notícias» no século XIX	4\$00	5\$00
--	-------	-------

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO

A Igreja e o convento da Graça	5\$00	7\$50
Igreja da Conceição Velha	2\$00	3\$00
Do Sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém	45\$00	50\$00

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena monografia de S. Vicente	5\$00	6\$00
--	-------	-------

CONSIGNAÇÕES

ALBERTO CALDERON DINIZ

História de Lisboa	2\$00	2\$50
--------------------------	-------	-------

PREÇOS PARA os sócios e público

AUGUSTO CASIMIRO

Lisboa Mourisca	15\$00	20\$00
-----------------------	--------	--------

EDUARDO NEVES

Lisboa na Numismática e na Medalhística	9\$00	10\$00
---	-------	--------

FERREIRA DE ANDRADE

Do Convento de Nossa Senhora de Jesus	36\$00	40\$00
Relação das casas foreiras	13\$50	15\$00
Senado da Câmara e a Guerra civil	27\$00	30\$00
Três touradas no Terreiro do Paço	13\$50	15\$00

J. S. VIEIRA

O Convento dos Marianos	5\$00	7\$50
-------------------------------	-------	-------

GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital Militar de Belém	18\$00	20\$00
---	--------	--------

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João	4\$00	5\$00
Lisboa (comédia)	18\$00	20\$00

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e Sombras medievais	45\$00	50\$00
----------------------------------	--------	--------

JOÃO PINTO DE CARVALHO (Tinop)

Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols. cada	9\$00	10\$00
--	-------	--------

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A urbanização de Lisboa	12\$00	15\$00
-------------------------------	--------	--------

JULIETA FERRÃO

Lisboa, 1870	9\$00	10\$00
--------------------	-------	--------

LUÍS PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina	6\$00	7\$50
A Rua das Canastras	6\$50	8\$00
Crítica, correcções e aditamentos	5\$00	6\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé	6\$50	7\$50

MANUEL ESTEVENS

Livro das marcas de ourives	13\$50	15\$00
-----------------------------------	--------	--------

MANUEL FERREIRA DE ANDRADE

Palácios Reais de Lisboa	45\$00	50\$00
--------------------------------	--------	--------

MANUEL VICENTE MOREIRA

Jardins de Lisboa e Porto	6\$00	7\$50
---------------------------------	-------	-------

ROBERTO DIAS COSTA

A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa	7\$00	8\$00
--	-------	-------

ROQUE GAMEIRO

Lisboa Velha	160\$00	180\$00
--------------------	---------	---------

RUY DE ANDRADE

Como o artista Alfredo de Andrade encarava os problemas da edilícia cidadina	4\$00	5\$00
--	-------	-------

RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

Subsídios para a Heráldica Tumular moderna olisiponense	45\$00	50\$00
---	--------	--------

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

— e —
Rua Fonseca Cardoso, 20, 2.º

TEL. (provisório) 5150 — PORTO

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos

ON PARLE FRANÇAIS

ENGLISH SPOKEN

Ourivesaria da Guia

FUNDADA EM 1975

JOIAS — OURO — PRATAS — RELOGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336

Rua da Mouraria, 7-11 LISBOA

Bertrand (Irmãos), L^{da}

Fotogravura

Tipografia

Fotótipo

Desenho

T. Condessa do Rio, 27 — Telef. 21368 21227

CASA DOS PANOS

Sortimento completo em
panos brancos e de cor
e em linhos de todas as
larguras

83, Rua dos Fanqueiros, 89
(Esquina da R. de S. Julião)

TEODORO LOPES RAMOS



O MAIS ANTIGO
FABRICANTE
DE LANTERNAS
estilos D. JOÃO V.
RENAASCENÇA
POMBALINO
D. MARCELO
etc.

FORNECEDOR de LANTERNAS para MINISTERIOS,
O. P. PALACIO DE QUELUZ-POLISADAS
de TURISMO, S. P. N. PALACIOS e SOBRAS
PORTUGUESES etc.

119 - RUA DO DIARIO DE NOTICIAS - 119
(ESQUINA DA TRAVESSA DA QUEIMADA)

LISBOA

Romão & Comp^{ta}

Antiquários

47, R. D. Peinão, 49

Telefone 1342

LISBOA



Compramos

Livros de bons autores.
Grandes e pequenas
quantidades

Elvira Garrett, 36
LISBOA

Alberto Alves Martins

Escrevimentos - Av. 4 de Maio, 11

Vivenda Yolanda
Bairro da Mila
AMADORA

ENTROU NO

102.º

ANO DE EXISTÊNCIA

A

PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA
RUA AUGUSTA, 44 - 54

A VENDA NAS LIVRARIAS

FILOSOFIA E TEOLOGIA

por ANTONIO SERRAS PEREIRA

Professor efectivo de Filosofia do Liceu

PEDIDOS A:

JOSE FRANCISCO D'OLIVEIRA

TELEFONE 29635 - RUA DO AMPARO, 21 - LISBOA